

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SAMUEL FRANCO FERREIRA

**AS REDES SOCIAIS E O PODER ESTADUNIDENSE: DO  
SOFT POWER AO SHARP POWER E O CASO DO FACEBOOK**

Goiânia  
2020

SAMUEL FRANCO FERREIRA

**AS REDES SOCIAIS E O PODER ESTADUNIDENSE: DO  
SOFT POWER AO SHARP POWER E O CASO DO FACEBOOK**

Trabalho de monografia apresentado na Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no curso de Relações Internacionais, como exigência para a aprovação em Monografia II.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Goiânia  
2020

SAMUEL FRANCO FERREIRA

**As Redes Sociais e o Poder Estadunidense: do Soft Power ao Sharp Power e o Caso do Facebook.**

Trabalho de monografia apresentado na Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no curso de Relações Internacionais, como exigência para a aprovação em Monografia II.

Goiânia, 2 de novembro de 2020.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Dr. Rafael Henrique Dias Manzi  
Universidade Paulista

## **AGRADECIMENTOS:**

Aos meus pais, que me apoiaram em todos os momentos da minha vida acima de qualquer circunstância. A minha irmã, pelo carinho e pela compreensão. Aos meus amigos que demonstraram apoio e me deram força para continuar. Aos professores que tive ao longo da faculdade, por terem contribuído para o meu desenvolvimento profissional e pessoal. E ao meu orientador, por sempre demonstrar paciência e compreensão durante essas etapas finais.



**Resumo:**

O presente trabalho terá em vista analisar como se deu a relação da criação do Facebook nos anos 2000 com o poder estadunidense no século XXI. Por meio de uma pesquisa qualitativa acompanhada de dados busca-se compreender o desenvolvimento do Facebook como útil ao *soft power* estadunidense, principalmente no que tange a agenda de promoção democrática no mundo, e como essa mesma rede social veio a permitir o emprego de *sharp power* contra os Estados Unidos. Em função disso, será observado por meio de dois estudos descritivos: o Facebook como *soft power* estadunidense na Primavera Árabe; e o Facebook como *sharp power* russo nas eleições estadunidenses de 2016. Essa pesquisa encontrou que o Facebook fez parte de uma narrativa sobre *soft power* estadunidense na Primavera Árabe e que mais tarde foi explorada pelo *sharp power* russo para afetar as eleições de 2016 nos EUA.

Palavras chave: Poder estadunidense; Facebook; *soft power*; *sharp power*.

**Abstract:**

This work aims to analyze the relationship between the creation of Facebook in the 2000s and American power in the 21st century. Through qualitative research and data checking, it was sought to understand the development of the relation of Facebook with American soft power, especially when concerning the agenda of democratic promotion in the world, and how this same social network came to allow the use of sharp power against the United States. Accordingly, it will be observed through two descriptive studies: Facebook as American soft power in the Arab Spring; and Facebook as Russian sharp power in the 2016 US elections. This research found that Facebook was part of a narrative about American soft power in the Arab Spring and that it was later exploited by Russian sharp power to affect the 2016 US elections.

Keywords: American power; Facebook; soft power; sharp power.

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

ARPA - Agência de Projetos de Pesquisa Avançada

DHS - Departamento de Segurança Interna do EUA

DIKW - Data-Information-Knowledge-Wisdom

EUA - Estados Unidos da América

FBI - Departamento Federal de Investigação

GATT - Acordos Gerais de Tarifa e Comércio

IRA - Internet Research Agency

NASA - Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

NDRC - Comissão Nacional de Pesquisa à Defesa

NIS - Sistema Nacional de Inovação

NSF - Fundação Nacional da Ciência

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

OSRD - Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento

PC - Personal Computers

TI - Tecnologias de informação

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO:

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM FAVOR AO SOFT POWER ESTADUNIDENSE.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 O pontapé inicial: o incentivo federal para as tecnologias de informação nos Estados Unidos.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 A consolidação do sistema liberal democrático e a relação com a informação.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 Soft power na era da informação.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 Conclusão.....</b>	<b>27</b>
<b>3. CAPÍTULO 2 - DA ERA DA INFORMAÇÃO PARA A ERA DESINFORMAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>3.1 A ameaça do sharp power.....</b>	<b>28</b>
<b>3.2 Pós-verdade e desinformação.....</b>	<b>35</b>
<b>3.3 Conclusão.....</b>	<b>47</b>
<b>4. CAPÍTULO 3 - AS REDES SOCIAIS E O PODER ESTADUNIDENSE ATRAVÉS DO CASO DO FACEBOOK.....</b>	<b>48</b>
<b>4.1 O Facebook enquanto uma ferramenta de soft power.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2 O Facebook como vetor de sharp power.....</b>	<b>56</b>
<b>4.3 Conclusão.....</b>	<b>64</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>78</b>

## 1. Introdução

No ano de 2010, Mark Zuckerberg foi escolhido pela revista TIME como a pessoa mais influente do ano. Na época ele era um jovem visionário que via o sucesso de seu pequeno site criado em 2004, ainda no âmbito universitário de Harvard, conectar pouco mais do que meio bilhão de pessoas em 2010 (RICHTER, 2019). Devido a isso, a revista o escolheu “por conectar mais de meio bilhão de pessoas e mapear as relações sociais entre elas; para a criação de um novo sistema de troca de informações; e por mudar a forma como todos vivemos nossas vidas” (HALLIDAY; WEAVER, 2010, n.p tradução nossa)<sup>1</sup>.

A marca de 1 bilhão de usuários foi alcançada em 2012, e o Facebook havia se tornado a rede social mais utilizada no mundo (LEE, 2014; RICHTER, 2019). Desse marco em diante, Zuckerberg via que o Facebook não era somente uma rede social popular, mas sim uma ferramenta que estava se tornando central para a conexão global. O Facebook havia deixado de ser uma simples plataforma para encontrar amigos e familiares para ser uma rede em que há a formação de comunidades virtuais e o compartilhamento de diversas perspectivas de quaisquer lugares do planeta (LEE, 2014).

Fazendo um salto para 2018, Mark Zuckerberg estava sentado no senado estadunidense respondendo as alegações de uso fraudulento e manipulativo das informações privadas dos usuários na plataforma (CADWALLADR; HARRISON, 2018). Apenas alguns anos anteriores a isso, o Facebook estava se demonstrando como uma ferramenta útil para o *soft power* dos Estados Unidos, contribuindo para a capacidade do país em converter a adesão de seus valores culturais a sua liderança política na âmbito da política internacional (NYE, 2004; HAYDEN, 2017). Em uma reviravolta repentina, o Facebook havia se tornado o centro das *fake news*, da propagação de discursos de ódio pelo mundo e do uso deliberado da desinformação, que produziria consequências políticas negativas.

Em função disso, houve a concepção de que uma nova forma de exercer poder estava entrando em destaque: o *sharp power* (WALKER; LUDWIG, 2017). Essa forma não busca coagir ou atrair, mas sim causar a disrupção do ambiente político doméstico de um rival (WALKER; LUDWIG, 2017). Dessa maneira, surge a pergunta: como o Facebook passou de uma ferramenta favorável ao *soft power* dos EUA para uma plataforma que deu viabilidade para o uso de *sharp power* contra os EUA? A resposta a essa pergunta será alvejada através da

---

<sup>1</sup> Texto original: for connecting more than half a billion people and mapping the social relations among them; for creating a new system of exchanging information; and for changing how we all live our lives (HALLIDAY; WEAVER, 2010, n.p.).

hipótese de que o Facebook deixou de ser apenas uma ferramenta que favorece o *soft power* estadunidense para uma que possibilitou e potencializou o *sharp power* contra os EUA.

Tendo em vista isso, o trabalho terá como objetivo central estudar e investigar como o Facebook favoreceu o *soft power* dos EUA nos anos 2000, a partir do poder informacional, e como nos anos recentes essa mesma rede social contribuiu para efeitos contrários de desinformação para os EUA a partir do *sharp power* de um país rival como a Rússia. Para observar esses pontos, o trabalho seguirá dois estudos de caso descritivos compreendendo como se deu: a relação do Facebook com a Primavera Árabe em 2011; e a relação do Facebook com as atividades russas nas eleições estadunidenses de 2016.

Para isso, a metodologia seguida pelo trabalho foi de cunho qualitativo, devido ao uso majoritário da leitura de livros e artigos acadêmicos relacionados ao objeto de estudo. Houve também a utilização de dados estatísticos de sites como o Statista, assim como a checagem dos relatórios e amostras produzidas pela Comissão de Inteligência do Senado dos EUA e pela Comissão Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes dos EUA, para respaldar a literatura e a construção do trabalho. Contudo, essa abordagem de dados não aconteceu de maneira suficiente para criar um modelo de pesquisa, que classificaria a metodologia do trabalho como quantitativa.

Posto isso, o trabalho foi desenvolvido a partir da centralidade dos conceitos de *soft power* de Joseph Nye (2004) e *sharp power* de Christopher Walker e Jessica Ludwig (2017). Outra consideração fundamental no desenvolvimento da pesquisa foi a observação de Gabriele Cosentino (2020) sobre a centralidade das redes sociais em uma era de desinformação e pós-verdade. Para desenvolver e analisar especificamente o Facebook, foi levado em conta os apontamentos críticos de Siva Vaidhyathan (2018) sobre a trajetória dessa rede social.

A justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa e trabalho está na discussão a respeito de um dos tópicos tradicionais do campo de estudos das Relações Internacionais que é a discussão sobre as dinâmicas e as formas de exercício de poder. A temática abordada pela pesquisa não só envolve essa perspectiva tradicional como também aborda um debate muito recente a despeito do poder em tempos de ampla difusão tecnológica e informacional assim como a observação dos impactos de atores não estatais na política internacional. Outro ponto de pertinência do trabalho é que ele observa um objeto muito presente na realidade cotidiana de bilhões de pessoas ao redor do globo, que é a rede social Facebook. Partindo disso, o trabalho visa contribuir positivamente em uma temática que envolve eventos

consideravelmente recentes, que ainda podem ser refletidos dentro da área de estudos de Relações Internacionais.

Nesse sentido, será visto na primeira parte do trabalho como se deu o desenvolvimento da relação das tecnologias de informação como favoráveis ao *soft power* estadunidense de meados do século XX para a era da informação no século XXI. Em seguida será encontrado uma exposição acerca das problemáticas contemporâneas que decorrem do grande fluxo de informações a nível global, observando como o *sharp power* se origina nesse meio e como se dão algumas das consequências políticas da desinformação. Na última parte, será apresentado como o Facebook foi percebido como útil e favorável ao *soft power* estadunidense, sobretudo no que tange a questões de liderança tecnológica e promoção democrática no globo, a partir da Primavera Árabe. Logo após, haverá a exposição de como e porque o Facebook se tornou uma ferramenta útil no emprego de *sharp power* contra os EUA, observando as atividades russas nas eleições estadunidenses de 2016.

## **2. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO EM FAVOR AO SOFT POWER ESTADUNIDENSE**

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a política internacional tem se pautado acerca do poder hegemônico dos Estados Unidos e a ordem liberal internacional no conjunto de países ocidentais. Com o fim da Guerra Fria, os princípios liberais democráticos seriam postos como universais e os Estados Unidos se tornaria um dos atores estatais mais centrais da política internacional. Apesar das discussões sobre a decadência da hegemonia dos EUA, que partiam de um debate acerca da tendência histórica de declínio de grandes potências, havia um fator diferencial que poderia beneficiar a continuidade do poder dos EUA no século XXI: a era da informação (NYE, 1990).

A partir disso veremos neste capítulo como se deram as tecnologias de informação com foco no contexto e percurso de desenvolvimento nos EUA. Em seguida, será traçado a constituição da ordem liberal internacional centralizada pelos EUA e como as tecnologias de informação foram percebidas em função dessa ordem. Por fim, veremos como foi concebido o conceito de *soft power* em vigência da era da informação.

### **2.1 O pontapé inicial: o incentivo federal para as tecnologias de informação nos EUA**

Quando olhamos para o avanço das tecnologias de informação nos dias atuais o que encontramos é a predominância do setor privado no desenvolvimento de novas tecnologias, bem como o alcance e impacto global de empresas como a Apple e Google. No caso estadunidense, muitos podem dar mérito ao papel criativo e empreendedor de mentes como as de Steve Jobs e Bill Gates e seus respectivos impactos para a inovação e promoção das tecnologias de informação. No entanto, a história mostra que foi o Estado que desempenhou um papel fundamental para a construção das vantagens e lideranças tecnológicas dos Estados Unidos.

Ao escrever com a intenção de dimensionar o NIS, Robert D. Atkinson (2014) aborda brevemente sobre as origens do papel federal na inovação tecnológica estadunidense. De acordo com esse autor, os EUA era um país consideravelmente mediano no setor tecnológico, se comparado aos países europeus no início do século XX, que dependia das iniciativas privadas para a implementação de novas tecnologias (ATKINSON, 2014). Contudo, essa

relação entre o privado e o público começou a sofrer mudanças a partir da crise de 1929, onde houve o aumento das políticas assistencialistas para sustentar o Estado de bem-estar social (ATKINSON, 2014). Durante a Segunda Guerra Mundial isso foi convertido em uma predisposição federal para o investimento e incentivo de pesquisa e desenvolvimento para lidar com a necessidade de competitividade tecnológica do período (ATKINSON, 2014).

Essas mudanças foram fundamentais para o estabelecimento de uma estrutura para o desenvolvimento tecnológico nos EUA que partia do apoio federal direcionado a pesquisa de universidades, laboratórios e iniciativas privadas, visando benefícios industriais e, principalmente, militares (MANYIKA; MCRAVEN; SEGAL, 2019). Ainda durante a Segunda Guerra Mundial os EUA conseguiram consolidar organizações como a NDRC e o OSRD que guiaram o sucesso do Projeto Manhattan<sup>2</sup>. Porém, o momento definitivo na trajetória do desenvolvimento tecnológico estadunidense viria a partir da preocupação do então presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, em relação a continuidade das políticas de incentivo científico após a guerra (ZACHARY, 1997).

Avaliando o desempenho das políticas de apoio à ciência do país e o iminente conflito com a URSS, o então chefe do NDRC e OSRD, Vannevar Bush, foi decisivo em destacar em para Roosevelt, e a seu sucessor Harry Truman, o papel fundamental da ciência na sustentação da segurança e do desenvolvimento nacional (ZACHARY, 1997). É em decorrência disso, que Atkinson (2014) argumenta sobre como o investimento federal foi essencial para a consolidação da vantagem tecnológica, bem como em outros setores, dos EUA no período pós-Segunda Guerra. Ele observa denota especialmente o papel das agências em direcionar as pesquisas com o apoio das universidades (ATKINSON, 2014).

O destaque para o papel federal também é feito por James Manyika, William Mcraven, e Adam Segal no relatório sobre inovação e segurança nacional do *Council on Foreign Relations* (2019), colocando que o período da Guerra Fria serviu como um grande catalisador das tecnologias devido ao cenário sensível de competição entre modelos econômicos. A partir disso, os EUA criaram somente entre a década de 1950 e 1960 a NSF, a NASA e a ARPA<sup>3</sup>, para responder a corrida bélica com a URSS (MANYIKA; MCRAVEN; SEGAL, 2019).

É dentro desse contexto em particular que se dá o desenvolvimento das tecnologias de informação no contexto estadunidense. Na época, conforme Singer e Brooking (2018) apontam, já se tinha bem claro a compreensão dos impactos das tecnologias de comunicação,

---

<sup>2</sup> O projeto Manhattan foi uma força tarefa científica conduzida pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra com o objetivo de desenvolver armas nucleares.

<sup>3</sup> Atualmente ela é chamada Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA)

como rádios e televisões, e suas utilidades estratégicas em tempos de guerra. Considerando isso, um grupo de cientistas e matemáticos, em especial Alan Turing e Claude E. Shannon, pensaram sobre formas mais simplistas de se transmitir dados com a maior precisão possível (SINGER; BROOKING, 2018). Com a criação dos primeiros computadores, se tornou plausível imaginar e pensar sobre uma estrutura informacional capaz de transmitir qualquer tipo de dado com rapidez e com exatidão a partir de qualquer lugar do mundo (SINGER; BROOKING, 2018).

Foi dessa maneira que houve a concepção sobre tecnologias de informação (TI). Uma descrição conceitual básica, que será utilizada neste trabalho monográfico, é apresentada por James Rosenau e J. P Singh em *Information Technologies and Global Politics: The Changing Scope of Power and Governance* (2002). De acordo com eles, TI são “as tecnologias usadas na coleta, manipulação, classificação, armazenamento e recuperação de dados. Isso inclui (mas não está limitado a): computadores, sistemas de telecomunicações, meios de transmissão, multimídia convergência, etc” (ROSENAU; SINGH, 2002, p. xv, tradução nossa)<sup>4</sup>. Essa capacidade de estruturação informacional que se podia ter com as TIs se demonstrou essencial para o controle estratégico de um cenário internacional tomado pela ameaça nuclear da Guerra Fria (SINGER; BROOKING, 2018).

Desse modo, o interesse a segurança nacional dos Estados Unidos desempenhou uma importante parte da criação do que viria a ser uma das primeiras formas de rede de informação entre computadores: o ARPANET (CASTELLS, 2010; SINGER; BROOKING, 2018; MANYIKA; MCRAVEN; SEGAL, 2019). Apesar de ter sido extremamente limitado, foi através das iniciativas do ARPA e da NSF que se estabeleceu a primeira base para a Internet que temos hoje (CASTELLS, 2010; SINGER; BROOKING, 2018; MANYIKA; MCRAVEN; SEGAL, 2019).

Isso abriu caminho para a década de 1970, como escreve o autor Manuel Castells em *The Rise of the Network Society* (2010), que seria uma época ainda mais especial para a constituição inicial da Era da Informação. Nesse período, foi observado nos Estados Unidos a consolidação de um polo altamente empreendedor, de base universitária, na Califórnia que passaria a representar a liderança do país na inovação tecnológica global (CASTELLS, 2010). De forma muito peculiar, o Vale do Silício não somente refletia o interesse governamental dos EUA nas políticas de incentivo federal das décadas anteriores, como também concentrava

---

<sup>4</sup> Texto original: The technologies used in gathering, manipulating, classifying, storing, and retrieving data. This includes (but is not limited to): computers, telecommunication systems, broadcasting mediums, multi-media convergence, etc. (ROSENAU; SINGH, 2002, p. xv)

uma “cultura de liberdade, inovação individual e empreendedorismo que havia crescido nos anos 1960 a partir da cultura dos campus estadunidenses” (CASTELLS, 2010, p. 5, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Esse último aspecto principalmente, foi o que caracterizou o Vale do Silício como um polo dinâmico e inovador com tecnologias cada vez mais singulares (CASTELLS, 2010). As criações de maior destaque decorrentes desse contexto foram os PCs e os microprocessadores, ainda segundo Castells (2010), vieram a ser essenciais na rápida difusão tecnológica que sucedeu nas décadas de 1980 e 1990, em direção a consolidação do que seria chamado de “capitalismo informacional” (CASTELLS, 2010, p. 18, tradução nossa). David Bell em *The Coming of Post-Industrial Society* (1973), para descrever esse último período, argumenta que estava havendo uma mudança dos paradigmas do capitalismo industrial, que visa a produção e acúmulo de bens, para uma estrutura capitalista onde a informação é o elemento central, que valorizaria a detenção e produção de conhecimento.

Consequentemente, Doug Henwood aponta em *After the New Economy* (2003) que na década de 1990 havia uma antecipação pelas transformações econômicas decorrentes da revolução informacional e tecnológica. Especialmente para a perspectiva estadunidense, a “nova economia” (HENWOOD, 2003, p. 4) era um futuro de produtividade e crescimento econômico decorrente da vantagem criada por décadas de investimento nesse setor. Em razão disso, argumenta-se que “a nova economia surgiu em um determinado momento, a década de 1990, em um determinado espaço, os Estados Unidos e em torno de setores específicos, principalmente tecnologia da informação e finanças” (CASTELLS, 2010, p. 148, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Uma reflexão mais recente sobre os impactos do pioneirismo estadunidense no setor de TI é encontrada no relatório do *Council on Foreign Relations* (MANYIKA, MCRAVEN, SEGAL, 2019). De acordo com eles, criações como “as telas de toque, o Sistema de Posicionamento Global (GPS) e as tecnologias de internet centrais para o smartphone são todos produtos de pesquisa do Departamento de Defesa” (MANYIKA, MCRAVEN, SEGAL, 2019, p. 17). Novamente há um destaque para o papel central que o governo estadunidense desempenhou durante a criação de tecnologias que serviram para mudar tanto os EUA, quanto o mundo (MANYIKA, MCRAVEN, SEGAL, 2019).

---

<sup>5</sup> Texto original: culture of freedom, individual innovation and entrepreneurialism that grew out of the 1960s culture of American campuses (CASTELLS, 2010, p.5).

<sup>6</sup> Texto original: the new economy emerged at a given time, the 1990s, a given space, the United States and around/from specific industries, mainly information technology and finance” (CASTELLS, 2010, p. 148).

É a partir disso, que o relatório frisa a continuidade das políticas de investimento para a garantia da vantagem estadunidense na inovação tecnológica frente a rivais emergentes (MANYIKA, MCRAVEN, SEGAL, 2019). Destacando a relevância da participação federal Fleming, *et al.* (2019) levanta dados do período entre 2010 e 2019 que apontam o incentivo do Estado em cerca de um terço de todas as patentes nacionais dos EUA. Dessa maneira, é possível dizer que o incentivo federal desempenhou não somente o papel de construção da vantagem dos Estados Unidos, mas também influenciou no curso da revolução tecnológica informacional.

## **2.2 A consolidação do sistema liberal democrático e a relação com a informação**

Em 9 de novembro de 1989, a muralha que dividia a Berlim oriental da ocidental veio ao chão. A partir desse evento iconográfico, nascia a expectativa de uma nova era na política internacional conduzida pelo bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Com isso, a expansão do mercado global, o fim do embate ideológico, o fortalecimento das instituições internacionais, acompanhadas pelo *boom* das tecnologias de informação e comunicação, seriam os marcadores de uma nova ordem da política internacional nos anos 1990.

Escrevendo uma década após o fim da Guerra Fria, o autor Gilford John Ikenberry (2005) reflete como esse o momento foi definitivo tanto para a política externa estadunidense, quanto para o direcionamento da política internacional do começo do século XXI. Era o período em que se entrava na vigência de uma “ordem americana do pós-guerra” (IKENBERRY, 2005, p.134, tradução nossa). Ainda segundo o mesmo autor, essa ordem corresponderia a uma organização da política internacional centralizada na capacidade dos EUA em manter instituições econômicas e de segurança internacional, incentivando um espaço para a predominância das relações multilaterais e minimização do conflito, sobretudo entre as democracias ocidentais (IKENBERRY, 2005).

Para se ter um ponto de origem dessa ordem, Ikenberry (2005) retoma a significância da Segunda Guerra Mundial para a história estadunidense. Com o fim dessa guerra, os EUA colocaram dois objetivos centrais para sua política externa: a balança de poder global, que se alterava naquele período; e a construção de uma orientação liberal para o mundo (IKENBERRY, 2005). Este último objetivo em especial, partia de uma preocupação essencial de “evitar o retorno aos anos 1930: uma era de blocos regionais, conflitos comerciais e rivalidade estratégica” (IKENBERRY, 2005, p.138, tradução nossa).

Com isso, os EUA conduzem no pós Segunda Guerra e durante a Guerra Fria a constituição de uma série de instituições internacionais que estabeleceram uma interdependência econômica global, à medida que reforçava a universalidade do sistema democrático (IKENBERRY, 2005). Os exemplos principais são: a Conferência de Bretton Woods em 1944, que regulou a ordem financeira global baseada na moeda estadunidense; a criação da ONU em 1945; o GATT em 1947, que criou uma base de regulamentação do livre comércio; a NATO em 1949, que consolidou uma forte aliança militar internacional entre os países do Norte global; e a OECD em 1961, que reuniu e institucionalizou o desenvolvimento dos países mais avançados economicamente.

Essas instituições representam o que Ikenberry escreveu em *American Democracy Promotion Impulses* (2000, p.103) a respeito de uma “grande estratégia liberal”. De acordo com ele essa estratégia consiste em um “amalgama de afirmações relacionadas, mas distintas sobre as fontes da ordem política” (IKENBERRY, 2000, p. 111, tradução nossa)<sup>7</sup>. Ainda segundo o autor, essa estratégia pode ser destrinchada em cinco objetivos elementais: 1) a promoção da democracia e da paz; 2) livre comércio e abertura econômica enquanto reforços democráticos; 3) o reforço da interdependência e da paz através do livre comércio; 4) o uso de instituições para a redução de conflitos na sociedade internacional; 5) criar um senso de comunidade e identidade (IKENBERRY, 2000).

Apesar da aparência de um projeto ambicioso de poder estadunidense, Ikenberry (2000) também denota que as ideias que fundamentam esses propósitos não eram exatamente uma novidade para o debate da política internacional no século XX. De fato, esse projeto de ordem internacional ainda partia das mesmas fontes que Woodrow Wilson havia usado para a proposta da Liga das Nações em 1919 (IKENBERRY, 2000).

No pensamento econômico havia o economista John Stuart Mill em *Principles of Political Economy* (2009), que já escrevia que o livre comércio havia se tornado “a principal garantia da paz no mundo” (MILL, 2009, p.453, tradução nossa)<sup>8</sup>. Enquanto isso, na filosofia do século XVIII Immanuel Kant (2008) já visionava um projeto de paz perpétua internacional a partir do compartilhamento de princípios comuns como o “republicanismo” (KANT, 2008, p. 13). Foram os elementos do liberalismo econômico clássico e do idealismo racional ao final do século XIX que levaram a formação da perspectiva liberal, ou idealista, de abordagem às Relações Internacionais (IKENBERRY, 2000).

---

<sup>7</sup> Texto original: an amalgam of related but distinct claims about the sources of political order (IKENBERRY, 2000, p. 111).

<sup>8</sup> Texto original: the principal guarantee of the peace of the world (MILL, 2009, p.453)

Contudo, Ikenberry (2000) ressalta a importância do primeiro debate teórico das Relações Internacionais para o sucesso da estratégia de implementação liberal democrática na política internacional. A reflexão sobre as falhas da Liga das Nações através da perspectiva realista fez com que a promoção dos princípios liberais democráticos operasse de forma muito mais pragmática e menos idealista na ordem internacional (IKENBERRY, 2000). Em decorrência disso, a valorização do multilateralismo e da interdependência econômica na agenda internacional desempenharam uma importante parte para a construção e consolidação dessa ordem (IKENBERRY, 2000).

Nesse sentido, os Estados Unidos conseguiram implementar com êxito uma ordem internacional institucionalizada através de preceitos liberais democráticos no pós Segunda Guerra (IKENBERRY, 2000). Esse autor ressalta especialmente o sucesso estadunidense em reunir esses princípios, que antes eram pensados de maneira ampla e em discursos de convergência no âmbito da política internacional, em um “único pacote” (IKENBERRY, 2000, p.123, tradução nossa)<sup>9</sup> que trouxe uma identidade à política externa dos EUA desde então. Apesar de tudo isso, ele também destaca que boa parte do progresso consolidado pela ordem liberal democrática foi ofuscada pelas tensões das dinâmicas da Guerra Fria (IKENBERRY, 2000).

Somente com o fim do embate ideológico e da divisão bipolar que houve uma percepção e reconhecimento amplo da ordem construída através do esforço estadunidense. A maior celebração desse momento é representada na *magnum opus* de Francis Fukuyama: *The End of History and The Last Man* (1992). A obra não só apresenta uma reflexão sobre o status da ordem internacional no início da década de 1990, como também reflete o espírito triunfalista dos Estados Unidos e do liberalismo.

Nas palavras escolhidas por esse autor, para sintetizar esse momento:

[...] O que está emergindo vitorioso, em outras palavras, não é tanto a prática liberal, mas a ideia liberal. Ou seja, para uma grande parte do mundo, agora não há ideologia com pretensões de universalidade que esteja em posição de desafiar a democracia liberal, e nenhum princípio universal de legitimidade que não seja a soberania do povo (FUKUYAMA, 1992, p.45, tradução nossa)<sup>10</sup>

O argumento principal de Fukuyama (1992) parte das considerações de Kant e Hegel sobre o fim da história. Na perspectiva kantiana, o ponto final da história seria demarcado pela “liberdade humana” (FUKUYAMA, 1992, p. 58, tradução nossa). Em complemento,

<sup>9</sup> Texto original: single package (IKENBERRY, 2000, P.123)

<sup>10</sup> Texto original: What is emerging victorious, in other words, is not so much liberal practice, as the liberal idea. That is to say, for a very large part of the world, there is now no ideology with pretensions to universality that is in a position to challenge liberal democracy, and no universal principle of legitimacy other than the sovereignty of the people (FUKUYAMA, 1992, p.45)

Fukuyama (1992) traz que a perspectiva hegeliana prediz que a evolução humana caminha unicamente em direção à liberdade máxima, que só seria alcançável através de uma organização política liberal. Com isso, Fukuyama (1992) conclui que o modelo liberal democrático era o ponto final da evolução da história humana.

O outro fenômeno que se tornou evidente na década de 1990 foi o da emergência da globalização. Ao observarem as relações internacionais a partir da lógica sistêmica, de ações e consequências multilaterais, Robert Keohane e Joseph Nye destacam em *Power and Interdependence* (2012) a proximidade conceitual entre a interdependência e a globalização. Enquanto o primeiro reflete a crescente integração econômica entre alguns países na década 1970, o outro reflete a expansão global nos anos 1990 da interdependência não somente financeira, como também política, social, ambiental e, até mesmo, militar (KEOHANE; NYE, 2012).

Para serem mais precisos, os autores descartam o termo ‘globalização’, do qual eles entendem como uma ação contínua, para o uso do termo “globalismo” (KEOHANE; NYE, 2012, p. 225). Esse termo indicaria melhor a interconectividade e fluidez a nível global que existe em diversas camadas e esferas (KEOHANE; NYE, 2012).

A partir disso, Keohane e Nye (2012) consideram três momentos essenciais na construção do globalismo: a agenda liberal democrática estadunidense no pós Segunda Guerra; a fragmentação da URSS em 1989; e o colapso da mesma em 1991. No entanto, eles também destacam outro fator diferencial que se tornou essencial para o globalismo, que por sua vez vai além das simples relações de interdependência. O rápido avanço das tecnologias de informação nas décadas de 1970 e 1980 contribuiu para a formação de redes cada vez mais extensas, complexas e rápidas que ignoram as distâncias geográficas (KEOHANE; NYE, 2012).

Em complemento, Castells (2010) aborda que houve o surgimento de uma nova lógica econômica que se estruturava em uma escala cada vez mais global. Tanto ele quanto David Harvey em *A Brief History of Neoliberalism* (2005) apontam sobre a reformulação do pensamento econômico liberal nos anos 1970 e 1980, a partir das respostas de líderes como Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Deng Xiaoping as crises econômicas da época, que por sua vez resultaram na ênfase ao livre mercado. Nesse contexto, Harvey (2005) observa particularmente que o desenvolvimento das tecnologias de informação, se dá em perspectiva ao interesse neoliberal na promoção da abertura dos mercados e das liberdades individuais.

Refletindo a predominância do sistema liberal democrático na década de 1990, Robert Dahl escreve em *On democracy* (1998) não somente sobre a relação entre o livre mercado e a

democracia, mas também sobre a inserção da informação enquanto um elemento fundamentalmente favorável à organização democrática. Dahl (1998) segue a tradicional linha liberal de relacionar a liberdade do mercado e a liberdade política fornecida pelo sistema democrático com o desenvolvimento humano. O ponto distinto dessa relação, é o destaque feito ao direito individual de acesso à informação, como um elemento essencial da democracia (DAHL, 1998).

De acordo com ele, somente através do livre acesso a diversas informações que um indivíduo poderia ter a capacidade de engajar-se efetivamente na política democrática (DAHL, 1998). Embora isso muito provavelmente tenha sido observado sob a perspectiva da liberdade de imprensa, na época Dahl (1998) também observou que o rápido progresso das tecnologias de informação a custos cada vez mais acessíveis poderiam dispor de uma via ainda mais ampla de acesso à informação. Dessa maneira, é estabelecida uma relação de causalidade crucial.

Se as TIs podem promover o acesso à informação, portanto, elas também seriam ferramentas úteis para o funcionamento, e até mesmo implementação, da democracia (DAHL, 1998). Contudo, isso era apenas uma visão sobre o horizonte do avanço tecnológico. As TIs seriam mesmo apenas esse instrumento que contribuiria de forma efetiva para a implementação da democracia através do acesso à informação?

### **2.3 Soft Power na era da informação**

Nas relações internacionais o poder é considerado um dos fatores mais importantes e determinantes nas interações da política internacional e um dos elementos mais básicos e centrais para a organização das relações políticas. Mesmo sendo esse elemento tão essencial e presente, sua concepção não é exatamente precisa e muitas vezes parte da perspectiva de percepção das relações de poder. Esse é o fato que impulsiona o estudo sobre esse objeto pelas ciências políticas e sociais, onde há o trabalho de mensuração e descrição do poder e suas relações.

O campo de estudo da política internacional em especial, tem uma longa tradição de dedicar atenção ao poder nas relações entre Estados. Para uma apresentação inicial sobre poder nas relações internacionais, devemos partir primeiramente da concepção realista. Um dos principais representantes da linha de pensamento realista moderno das R.I. é Hans Morgenthau. Em uma de suas principais obras, *A Política Entre As Nações* (2003), ele realiza

o trabalho de apresentação da perspectiva realista sobre a política internacional em torno de seis pontos chaves.

Não obstante o apontamento sobre a constituição do pensamento realista na objetividade e racionalidade (MORGENTHAU, 2003) o que deve ser ressaltado é o destaque feito ao papel do poder na política internacional. Para ele, o poder é definido através das relações de interesses dos atores políticos (MORGENTHAU, 2003). Ou seja, a política internacional é composta por atores que sempre buscam através do poder, de forma racional, a satisfação de seus próprios interesses (MORGENTHAU, 2003).

A base desse pensamento pode ser encontrada na longa tradição do pensamento realista, denominado como realismo clássico nas R.I. Em *A História da Guerra do Peloponeso* (1987), Tucídides recolhe uma série de observações sobre as interações entre Esparta e Atenas na Grécia antiga, em uma relação caracterizada pela rivalidade de interesses e a inevitabilidade ao conflito entre potências regionais. Nicolau Maquiavel, inserido dentro do contexto da Itália renascentista e fragmentada do século XVI, argumenta em sua *magnum opus* - *O príncipe* (2010) - sobre a justificação dos meios através de seu fim objetivo. Por último, Thomas Hobbes em *O Leviatã* (1998) apresenta a perspectiva da natureza humana egoísta e conflituosa, ao ponto que a ausência de uma entidade política superior representa um estado de caos e guerra constante.

Essas premissas seriam fundamentais para a concepção de princípios que se tornaram essenciais para o entendimento e estudo da política internacional, como argumenta Korab-Karpowicz (2017) sobre o pensamento político realista. É a partir delas que temos a formulação conceitual sobre o estado anárquico da sociedade internacional e como os Estados estão em constante conflito de interesses (KORAB-KARPOWICZ, 2017).

Porém, nos atentarmos ao destaque sobre o poder nas relações internacionais que é feito por Morgenthau (2003). Posto isso, é necessário ter a compreensão sobre como esse poder é configurado e como ele funciona. Essencialmente, para Morgenthau (2003), a capacidade de um Estado alcançar, ou não, seus objetivos e interesses é medida pelo seu poder político. Para delimitar o que é esse poder, ele define como “uma relação entre os que o exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido. Ele faculta aos primeiros o controle sobre certas ações dos últimos, mediante o impacto que os primeiros exercem sobre as mentes deles” (MORGENTHAU, 2003, p. 51).

Considerando a premissa realista sobre a centralidade do poder na política internacional, e como cada Estado procura a satisfação de seus próprios interesses em uma sociedade anárquica, surge o questionamento da ocorrência, ou não, do conflito nas relações

internacionais. Para isso Morgenthau (2003) argumenta que em todo sistema composto por múltiplos atores, estes sendo necessários para a existência do dito sistema, existe uma lógica de equilíbrio. Ainda segundo ele, o equilíbrio também ocorre no sentido de evitar a supremacia de um dos atores sobre os demais, havendo um balanceamento de poderes entre os atores (MORGENTHAU, 2003).

Apesar de isso ter se demonstrado historicamente, como no caso dos Habsburgos e franceses no século XVI (MORGENTHAU, 2003), a história das relações internacionais é composta pelo surgimento de algumas hegemonias, como a do Império Romano e da Grã Bretanha. A partir disso, Joseph Nye escreve em *Bound To Lead: The Changing Nature of American Power* (1990) sobre o surgimento das hegemonias no passado e sobre o debate acerca da hegemonia dos Estados Unidos e um mundo unipolar. Aqui é o começo da construção de Nye (1990) sobre uma nova perspectiva teórica sobre a natureza do poder, que será central ao longo do trabalho.

Para Nye (1990) o poder nas relações internacionais tem essencialmente duas fontes: a comportamental, e a dos recursos. A primeira fonte, colocada de maneira simples por Nye (1990), é referente à capacidade de influenciar o comportamento de outros atores. Enquanto a segunda fonte é de aspecto material, referente aos recursos que quantificam o poder dos atores (NYE, 1990).

Essa noção acerca de dois aspectos do poder já havia sido observada por Karl Deutsch em seu artigo *On the Concepts the Politics and Power* (1967). Segundo ele, o poder pode ser observado quanto: a sua potencialidade derivada dos recursos materiais, como quantidade de armamentos e tamanho de arsenal; a sua capacidade de influenciar resultados, como no caso das votações que ocorrem no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (DEUTSCH, 1967). Para Deutsch (1967) as duas estão associadas indiretamente uma vez que a quantidade de poder material de um país pode favorecer na sua capacidade de induzir resultados a favor de seus interesses.

Essa última concepção configura também a uma percepção sociológica de poder feita por Max Weber em *Economy and Society; An Outline of Interpretive Sociology* (1978). Para ele "poder (*macht*) é a probabilidade de que um ator em uma relação social esteja em posição de realizar sua própria vontade apesar da resistência, independentemente da base sobre a qual essa probabilidade se baseia" (WEBER, 1978, p. 53, tradução nossa)<sup>11</sup>. Mesmo com o

---

<sup>11</sup> Texto original: power (*macht*) is the probability that one actor within a social relationship will be in a position to carry out his own will despite resistance, regardless of the basis on which that probability rests (WEBER, 1978, p. 53).

objetivo de descrever as relações interpessoais no contexto organizacional empresarial, essa definição vai de encontro à concepção de Nye (1990) e Deutsch (1967) sobre o poder que influencia o comportamento de outros atores.

Levando esses elementos em consideração, Nye (1990) aponta que historicamente foram as mudanças das fontes de poder que provocaram a ascensão, e queda, de potências e hegemonias. O sentido de potência, dentro desse contexto, parte do acúmulo de um país de recursos materiais, que constituem também “o poder percebido” (CLINE, 1977 apud NYE, 1990, p. 4, tradução nossa). Somente considerando o período entre o século XVI e XX, há uma apresentação sobre como as fontes de poder evoluíram desde que países como Espanha, Holanda e França foram grandes potências em seus respectivos tempos (NYE, 1990).

No passado esses países conseguiram poder através do mercantilismo, colonialismo, industrialização, organização política e até mesmo pela disposição geográfica (NYE, 1990). Porém, todas essas fontes de poder declinaram ou foram superadas por uma nova fonte (NYE, 1990). O diferencial do poder estadunidense, em relação às potências passadas, é que ele é caracterizado pela dimensão e aspecto central que sua economia, força militar, e cultura exerce internacionalmente (NYE, 1990).

Aqui se encontra a base do argumento central de Nye (1990). Para ele a liderança estadunidense tem uma chance maior de perpetuação de seu *status quo* na sociedade internacional, se comparado às potências dos séculos passados (NYE, 1990). Como abordado no tópico anterior, desde o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos, através de sua vantagem econômica e militar, dedicaram-se à constituição de uma ordem internacional institucionalizada favorável a seus próprios valores (IKENBERRY, 2000).

O diplomata estadunidense Henry Kissinger faz um comentário interessante em *Diplomacy* (1995). Avaliando essa recém-criada ordem, ele denota, em tom triunfalista, que em nenhum outro momento da história existiu um país que produzisse ativamente impactos tão profundos internacionalmente quanto os EUA (KISSINGER, 1995). Assim, dessa forma, ele reforça o argumento de Nye (1990) sobre a diferença de poder dos EUA de outras épocas, e como esse *status* pode durar.

Como também abordado anteriormente, esse período construiu um sistema internacional de nações e instituições interdependentes entre si (KEOHANE; NYE, 2012). Em decorrência de uma interdependência crescente, Nye (1990) denota que o exercício do poder também tem passado por transformações. Em termos de recursos materiais, a política internacional tem cada vez mais dado atenção aos fatores de “tecnologia, educação e

crescimento” (NYE, 1990, p. 29) para a percepção de poder. Enquanto isso, há o afastamento do enfoque puramente geopolítico para as relações internacionais (NYE, 1990).

A principal razão dessa mudança, como apontado por Nye (1990), é a de que as fontes de poder tradicionais têm ganhado custos de aplicabilidade no sistema internacional. Com a interdependência, a política internacional passou a se caracterizar cada vez mais pelo cálculo político onde todo ator toma uma ação mediante a ação de outro ator. Não obstante a decadência do poder material é aqui que Nye (1990) realiza um de seus principais apontamentos teóricos.

A esse ponto, Nye (1990) percebe que havia outra forma de exercer poder, de forma a influenciar o comportamento de outros atores. Anteriormente essa capacidade de induzir resultados era percebida enquanto uma consequência da coerção, direta ou indireta, provinda dos recursos materiais e tangíveis (NYE, 1990). Isso é o que ele conceitua como “*hard power*” (NYE, 1990, p. 32). A mudança essencial viria da observação de que em um sistema composto de instituições, sobretudo liberais, a capacidade de influência poderia ser estendida a meios ainda mais indiretos e sem coerção (NYE, 1990).

Nesse sentido, ele define *soft power* como uma forma de:

Poder cooptativo [...] a capacidade de uma nação de estruturar uma situação de forma que as outras nações desenvolvam preferências ou definam seus interesses de maneira consistente com a sua. Este tipo de poder tende a ser originado a partir de recursos como atração cultural e ideológica, bem como das regras e instituições de regimes internacionais (NYE, 1990, p. 190, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Portanto, enquanto o *hard power* refere-se a quantidade de armas, população e dimensão econômica, o *soft power* parte da capacidade de um país realizar ações que afetem o sistema internacional com a aceitação de outros países (NYE, 1990). Apesar de ele não considerar o conceito como exatamente novo, Nye (1990) aponta como essa forma de poder tem ganhado mais relevância no atual sistema internacional à medida que os Estados Unidos é o país com maior capacidade e potencial de exercício de *soft power*. Na extensão teórica desse conceito, Nye coloca em *Soft Power the Means to Success in World Politics* (2004), como demonstrativos do *soft power* estadunidense: a quantidade de imigrantes que visam os EUA; a produção de filmes; a quantidade de prêmios Nobel, bem como também a quantidade de produções científicas; e a quantidade de estrangeiros em universidades dos EUA.

---

<sup>12</sup> Texto original: co-optive power is the ability of a nation to structure a situation so that other nations develop preferences or define their interests in ways consistent with one's own nation. This type of power tends to arise from such resources as cultural and ideological attraction as well as the rules and institutions of international regimes (NYE, 1990, p. 190).

Expandindo para a compreensão do *soft power* em aspectos culturais estadunidenses, Maíra Ouriveis (2013) analisa a relação entre a produção cultural e a política externa dos EUA. Partindo dos pressupostos teóricos da Escola de Frankfurt, Ouriveis (2013) realiza o apontamento sobre a presença e reafirmação do *soft power* estadunidense em elementos recorrentes do cotidiano, como cinema e marcas de consumo. A teoria sobre indústria cultural em especial (ADORNO; HORKHEIMER, 1985 apud OURIVEIS, 2013, p. 177) compreende a produção de conteúdo e produtos em larga escala para o consumo enquanto embutidos de uma mensagem ou ideologia.

Nye (2004) também observa como mensagens políticas podem ser inseridas implicitamente em formatos visuais. Nesse sentido, tanto Nye (2004) quanto Ouriveis (2013) apontam o papel da indústria hollywoodiana como contribuinte ao *soft power* estadunidense a partir da produção de filmes com conteúdos e mensagens que remetem aos valores culturais do país. Por conseguinte, os maiores reflexos do *soft power* na política externa dos EUA podem ser percebidos, de acordo com Nye (2004), no pós Segunda Guerra Mundial e no pós Guerra Fria.

Apesar do poderio militar e econômico dos EUA nesses períodos, foi a difusão cultural do país que contribuiu para a recepção na construção de agendas internacionais, tais como o Plano Marshall, a OTAN, e o reconhecimento da vitória na Guerra Fria (NYE, 2004). Ressaltando o aspecto intangível do *soft power* nesses exemplos, ele destaca “muito antes da queda do Muro de Berlim em 1989, ele já havia sido trespassado pela televisão e pelo cinema” (NYE, 2004, p.49, tradução nossa)<sup>13</sup>. O aspecto mais interessante apontado por Nye (1990) a respeito da comparação às hegemonias anteriores é a de que “a hegemonia dos EUA, [...], incluiu um modo de vida tão distinto” (MJØSET 1985, p.48 apud NYE 1990, p. 191, tradução nossa)<sup>14</sup>. Isso é bem nítido nas propagandas sobre *american way of life* e do *american dream* difundidas pelos EUA no século XX.

Uma reflexão mais clara sobre o desempenho e dimensão do papel cultural estadunidense na década de 1990 é feita por Benjamin Barber (1992), colocando que a:

[...] cultura tornou-se mais potente do que os armamentos. Qual é o poder do Pentágono em comparação com a Disneylândia? A Sexta Frota consegue acompanhar a CNN? O McDonald 's em Moscou e a Coca na China farão mais pela criação de uma cultura global do que a colonização militar jamais faria. São menos as mercadorias do que as marcas que fazem o trabalho, pois transmitem imagens de

<sup>13</sup> Texto original: Long before the Berlin Wall fell in 1989, it had been pierced by television and movies (NYE, 2004, p. 49).

<sup>14</sup> Texto original: U.S. hegemony, on the other hand, has included such a distinct way of life (MJØSET 1985, p.48 apud NYE 1990, p. 191)

estilo de vida que alteram a percepção e desafiam o comportamento (BARBER, 1992, tradução nossa)<sup>15</sup>.

Contudo, não é exatamente como se todas as empresas originadas nos EUA, no caso, servissem unicamente ao propósito do *soft power*. Nye (2004, p. 99, tradução nossa)<sup>16</sup> realça que o “*soft power* é mais difícil de exercer, porque [...] muitos de seus recursos cruciais estão fora do controle dos governos”. Tendo isso em mente, uma constante de Nye (1990; 2002; 2004) é a observação das tecnologias de informação enquanto fatores determinantes para a potencialidade de extensão do *soft power* estadunidense em uma era cada vez mais globalizada. Em razão disso, Nye e Owens (1996), em uma das observações iniciais sobre as expectativas da revolução das TIs nos anos finais do século XX, argumentam especialmente que os EUA seriam o país a se sobressair após décadas de investimento para seu pioneirismo tecnológico que juntamente às características liberais do país, levaria a uma extensão de poder na política internacional.

Em outra de suas obras, *o Paradoxo do Poder Americano*, Nye (2002) busca compreender o status quo estadunidense no pós-milênio e pós 11 de setembro. Com isso ele busca destrinchar o papel dos Estados Unidos na política internacional no início dos anos 2000 (NYE, 2002). Especialmente sob a perspectiva do *soft power*, os Estados Unidos teria sucesso na era da informação devido: a sua alta compatibilidade com os valores culturais vigentes na ordem liberal internacional, a sua capacidade de produzir mensagens através de diversos meios, e ao seu crédito na política internacional (NYE, 2002).

Nesse sentido, além das expectativas econômicas sobre a era da informação nos anos 1990 e 2000, havia o entendimento que a difusão informacional daria continuidade aos paradigmas da política internacional do pós-guerra Fria. Dentro dessa perspectiva, o livre acesso a informação não somente permitiria o fortalecimento da democracia, e consequentemente da ordem liberal internacional, como também ela iria dispor de instrumentos, tais quais as TI, que permitiriam a perpetuação da expressão do poder dos EUA (NYE, 1990, 1996, 2002).

É possível apontar que essa visão, contudo, também é sobre um horizonte tecnológico das TI. Mas eis que surge uma reflexão importante: essa relação entre a informação e poder

---

<sup>15</sup> Texto original: culture has become more potent than armaments. What is the power of the Pentagon compared with Disneyland? Can the Sixth Fleet keep up with CNN? McDonald's in Moscow and Coke in China will do more to create a global culture than military colonization ever could. It is less the goods than the brand names that do the work, for they convey life-style images that alter perception and challenge behavior (BARBER, 1992).

<sup>16</sup> Texto original: Soft power is more difficult to wield, because, [...] many of its crucial resources are outside the control of governments (NYE, 2004, p, 99).

estadunidense na ordem mundial se demonstraria eficiente e sustentável? Isso será melhor debatido nos capítulos seguintes a partir de observações mais contemporâneas sobre essa relação.

## **2.4 Conclusão**

Ao longo desse primeiro capítulo, vimos que grande parte das tecnologias de informação decorreram em função de manter o desenvolvimento de poder e da segurança dos EUA sobre seus rivais (ZACHARY, 1997). Em função disso, também foi apresentado como os princípios de livre fluxo informacional das TIs se encontraram com os valores da ordem liberal internacional centralizada no poder dos EUA (IKENBERRY, 2005). Por fim, vimos que o tradicional *hard power* estava se tornando inviável e custoso na política internacional, tornando a capacidade de influenciar outros países por meio do *soft power* uma forte e boa opção, tendo em vista os alcances maiores promovidos pela globalização e era da informação (NYE, 1990, 2004).

### 3. DA ERA DA INFORMAÇÃO PARA A ERA DESINFORMAÇÃO

No capítulo anterior vimos que a era da informação foi a concepção de que estávamos chegando em um período da história em que a informação estava se tornando vital e central para a economia, para a política e para a sociedade. Contudo, já nos encontramos a frente o suficiente dessa concepção para perceber quais foram os desdobramentos positivos e maléficos da era da informação. Porém, neste capítulo nos atentamos a aqueles que se desdobram na dimensão da política internacional.

Com isso, será observado como se deu a concepção do conceito de *sharp power* frente a novas dinâmicas relacionadas à informação em si e as tecnologias de informação. Em seguida veremos em um aspecto mais amplo quais foram as consequências decorrentes da abundância informacional e quais foram as implicações para a relação entre informação e fatos.

#### 3.1 Origens da ameaça do sharp power

O progresso da revolução tecnológica apesar de ter contribuído para a possibilidade de extensão do exercício de poder dos Estados, através da velocidade de propagação da informação e da importância das tecnologias informacionais enquanto recurso, isso também veio a contribuir para a diversificação de atores no âmbito internacional (NYE, 2011). Essa seria a tendência descrita por Nye em *The Future of Power* (2011, p. 113, tradução nossa) como “difusão de poder”. De acordo com o que ele aponta, a revolução tecnológica seria um dos principais fatores para a facilidade que os atores não-estatais ganharam para engajar, e até mesmo produzir impactos significativos, na política mundial, tornando-a mais complexa (NYE, 2011).

A partir disso, Nye (2004; 2011) entende que a melhor maneira dos estados exercerem poder na política mundial, sobretudo os Estados Unidos, é a partir da combinação do uso de *hard power* e *soft power*. O que viria a ser denominado como *smart power* chegou a ser empregado no governo Obama (NYE, 2011). Em um discurso a Comissão de Relações Exteriores do Senado estadunidense ao então secretária de Estado, Hillary Clinton profere sobre a política externa estadunidense

[...] devemos usar o que foi chamado de '*smart power*', toda a gama de ferramentas à nossa disposição - diplomática, econômica, militar, política, legal e cultural - escolhendo a ferramenta certa, ou combinação de ferramentas, para cada situação.

Com o *smart power*, a diplomacia será a vanguarda da política externa (CLINTON, 2009, n.p, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Todavia, essa associação entre as duas formas de exercício de poder não é exatamente uma novidade para a política internacional (NYE, 2011). Como denotado pelo autor, nas diversas ocasiões de potências emergentes houve a administração de ambos os recursos para se alcançar determinados objetivos, sendo o caso da consolidação prussiana no século XIX através do uso da guerra e da diplomacia para assegurar seu espaço na Europa (NYE, 2011). De todo modo, mesmo apesar dessa não novidade da combinação entre o *hard* e o *soft power*, Nye (2011) frisa sobre os desafios da conjuntura política internacional contemporânea que tem exigido formas mais cada vez mais complexas para o exercício de poder.

Com isso, o conceito de *smart power* possui um aspecto muito mais estrategista do que a busca pela mensuração de poder. Como refletido alguns anos após essa concepção teórica, ele escreve que “o termo ‘*smart power*’ (a combinação bem-sucedida de recursos *hard* e *soft power* em estratégia eficaz) foi claramente prescritivo em vez de apenas analítico” (NYE, 2017, p. 2, tradução nossa)<sup>18</sup>. Além disso, as dimensões das mudanças tecnológicas do século XXI, como Nye (2011) denota, estavam presenciando o surgimento de mais uma nova fonte de poder no âmbito das relações internacionais.

O crescimento exponencial da disseminação informacional e comunicacional durante os anos 1980 e 1990 não só contribuíram para a formação de densas redes ao redor do globo, mas também produziram um dos principais fenômenos da popularização da internet, que é o ciberespaço. Para entender mais profundamente o que é esse espaço e o que são suas implicações, é necessário compreender a sua essência principal: a informação. Dentro dessa perspectiva, o matemático Claude E. Shannon é considerado um dos primeiros teóricos contribuintes para a nossa era da informação (SONI; GOODMAN, 2017).

Na exposição histórica sobre as tecnologias de informação de Brian Winston em *Media Technology and Society: A History: From the Telegraph to the Internet* (1998) constata a importância da concepção de Shannon sobre uma Teoria da Informação para a adaptação na abordagem científica da informação, colocando-a como um objeto mais concreto que pode ser mensurado. Aqui se faz necessário deixar um pouco de lado a grande carga matemática das proposições teóricas de Shannon, devido à divergência de propósito e campo de estudo

---

<sup>17</sup> Texto original: We must use what has been called 'smart power,' the full range of tools at our disposal -- diplomatic, economic, military, political, legal, and cultural -- picking the right tool, or combination of tools, for each situation. With smart power, diplomacy will be the vanguard of foreign policy. (CLINTON, 2009, n.p)

<sup>18</sup> Texto original: The term “smart power” (the successful combination of hard and soft power resources into effective strategy) was clearly prescriptive rather than just analytical (NYE, 2017, p. 2).

centralizados neste tópico. De todo modo, a base principal da concepção desse teórico era a simplificação da informação em uma singela relação de comunicação entre a fonte, a interlocução, e o receptor (WEAVER, 1963).

A partir disso, a informação passa a fazer parte de uma equação a ser otimizada pela engenharia. Por isso para Shannon (WEAVER, 1963) não era exatamente o conteúdo da informação que importava, mas a quantidade que poderia ser transmitida. Apesar dessa abordagem “sintática” (KOHLAS, 2009, p. iii) sobre a informação, James Gleick (2011) aponta como essa concepção inicial foi importante para o desenvolvimento das tecnologias de informação e, sobretudo, do ciberespaço. Dentro dessa mesma análise, Helen Picard (2016) complementa que foi essa abstração de significados que permitiu a criação do aspecto fluido e rápido da informação.

Todavia, por mais que tenha sido importante esse processo teórico com o desenvolvimento tecnológico, Gleick (2011) e Picard (2016) apontam como o conteúdo e o conhecimento contido na informação são de fato importantes na era da informação, uma vez que ele está em todo lugar e pode ser transmitido, direcionado e armazenado através da Internet em qualquer parte do mundo. Conseqüentemente, o grande fluxo informacional e a formação de redes produziu um dos fenômenos peculiares de um mundo globalizado através das tecnologias de informação: o surgimento do ciberespaço. Dentro dessa perspectiva, Geoffrey L. Herrera (2007, p. 69, tradução nossa)<sup>19</sup> descreve o ciberespaço como:

Um canal global para todas essas informações e, como a própria informação, transcende o espaço físico. Isso se deve à sua onipresença e velocidade, e também porque é aberto (sem fronteiras). Por definição, a informação é livre para viajar para qualquer lugar que seja solicitada, independentemente das fronteiras nacionais - desde que, é claro, os controladores da informação a tenham divulgado nas redes.

Em uma apresentação mais descritiva desse fenômeno originado a partir da Internet, Dunn Cavelty e Elgin M. Brunner (2007, p. 2, tradução nossa)<sup>20</sup> definem o ciberespaço como:

Um termo que significa a fusão de todas as redes de comunicação, bancos de dados e fontes de informação em um manto enorme, emaranhado e diversificado de intercâmbio eletrônico; esta fusão global de redes cria um ‘ecossistema de rede’, um lugar que não faz parte do mundo físico normal: é ‘virtual’

<sup>19</sup> Texto original: It is a global conduit for all of this information, and like information itself, transcends physical space. This is because of its ubiquity and its speed, and because it is open (borderless). By design, information is free to travel anywhere it is requested regardless of national borders provided, of course, that the controllers of the information have released it into the networks (HERRERA, 2007, p. 69).

<sup>20</sup> Texto original: a term that stands for the fusion of all communication networks, databases, and sources of information into a huge, tangled, and diverse blanket of electronic interchange; this global fusion of networks creates a ‘network ecosystem’, a place that is not part of the normal, physical world: it is ‘virtual’ (CAVELTY; BRUNNER, 2007, p. 2).

O principal aspecto ressaltado por essas definições é a criação de uma realidade quase paralela com o mundo físico, a partir das redes de informação e comunicação arranjadas pelo globo. Essa existência não física, mas presente em todos os lugares traz implicações importantes e sérias para as relações internacionais, considerando o peso de recursos e valores materiais para a política internacional, como a geografia, a soberania, e nação. Nesse sentido, uma globalização estruturada pelas tecnologias de informação criou, de acordo com Herrera (2007) implicações sérias e profundas para a segurança nacional dos países, considerando a importância das TI para o funcionamento de infraestruturas domésticas e da economia global.

Considerando a difusão de poder de Nye (2011), entre atores estatais e não estatais, Herrera (2007) observa como essa relação com a segurança é ampliada a partir da potencialidade de ameaças vindas de qualquer ator. Assim como Nye (2011) denota que a redução de custos das TIs também tem como consequência a facilidade e extensão que ataques vindos do meio do ciberespaço podem ter, sem o uso sequer de recursos bélicos. Todavia, ele também argumenta que o domínio sobre os elementos físicos ainda é o que exerce mais força sobre o domínio virtual (NYE, 2011). Com isso, Cavelti e Brunner (2007) concluem sobre o ganho de relevância estratégica da informação.

Não é como se informação não fosse importante em períodos anteriores da história (CAVELTY, 2007), entretanto, nos encontramos em uma época excepcionalmente dependente da informação, como constatado por Luciano Floridi em *The Fourth Revolution How the Infosphere Is Reshaping Human Reality* (2014). Em observação a esse mesmo fato, Gleick (2011, p.10, tradução nossa)<sup>21</sup> comenta que “podemos ver agora que a informação é a base do nosso mundo: o sangue e o combustível, o princípio vital”. A vista disso, a frase informação é poder passou a mais do que nunca possuir um sentido descritivo da era atual.

Como consequência disso, Nye (2011) também observa a constituição de uma fonte de poder a partir da relação entre informação e ciberespaço. Cavelti (2007) ressalta que diferentemente das outras formas de poder, o poder informacional não advém exatamente da quantidade, de, por exemplo, pessoas como é no caso do poder militar e quantidade de armamentos. Na verdade, elas só servem como indicativos para o que Nye (2011, p. 123) define como “*cyberpower*”. De acordo com ele, essa forma de poder consiste em “um conjunto de recursos que se relacionam com a criação, controle e comunicação de

---

<sup>21</sup> Texto original: we can now see that information is what our world runs on: blood and fuel, the vital principle (GLEICK, 2011, p. 10).

informações eletrônicas e computacionais, infraestruturas, redes, softwares, habilidades humanas” (NYE, 2011, p. 123, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Em relação à concepção das formas de utilidade prática, o mesmo autor ainda diz que esses recursos podem ser manuseados para o alcance de objetivos e efeitos favoráveis aos interesses de atores políticos, estejam eles dentro do ciberespaço ou na realidade física (NYE, 2011). Com esse sentido, Nye (2011) logo analisa *soft power* e *hard power* aplicados as dinâmicas entre o mundo físico e virtual do ciberespaço. Por um lado temos a repetição do argumento sobre o aproveitamento do fluxo de informações provido pela Internet para a difusão de valores e cultura (NYE, 2011). Por outro temos a observação sobre os diferentes alvos e objetivos que adquirem importância dentro do cenário de limitada ação coercitiva na era da informação (NYE, 2011).

Conseqüentemente, é necessário novamente levar em consideração as condições da difusão de poder, para observar as implicações de Nye (2011) sobre as relações entre os diferentes atores da política internacional através do *cyberpower* e do ciberespaço. Ele realiza a divisão entre três grupos, com seus respectivos campos de atuação e fraquezas no ambiente informacional. Nesse cenário, os governos agem enquanto mantenedores das infraestruturas geradas acerca do fluxo de informações; as organizações podem expandir sua gama de ação e adquirir caráter transnacional; e os indivíduos se tornam os atores mais empoderados devido a facilidade de acesso (NYE, 2011).

Até aqui, grande parte dos conceitos teóricos apresentados foram desenvolvidos em função prescritiva para desenhar e compreender o ambiente geral das implicações da era da informação na política internacional. Destaca-se, sobretudo a origem das proposições de Joseph Nye (2011) sobre *soft power*, *hard power*, *smart power* e *cyberpower* uma vez que, como Geraldo Zahran e Leonardo Ramos (2010, p.16, tradução nossa)<sup>23</sup> apontam criticamente, elas partem de “uma profunda relação com as reflexões sobre o poder e a política externa dos EUA”. Por conseguinte, isso é perceptível nas associações de Nye (2011) sobre o *soft power* estadunidense a era da informação e o compartilhamento de valores com a ordem liberal democrática.

Contudo, isso mudou com a observação sobre o exercício e projeção de poder recente de outros atores do sistema internacional. Ainda considerando que Nye (2011) prevê que

---

<sup>22</sup> Texto original: a set of resources that relate to the creation, control and communication of electronic and computer-based information, infrastructure, networks, software, human skills (NYE, 2011, p.123).

<sup>23</sup> Texto original: the concept of soft power develops in a deep relation with thoughts on US power and foreign policy (ZAHARAN; RAMOS, 2010, p. 16).

poder pode ser exercido na forma de atração, na forma de coerção, ou na combinação dos dois, eventos recentes trouxeram a emergência do poder subversivo. É a partir dessa noção que Christopher Walker e Jessica Ludwig (2017) elaboram o conceito de *sharp power*. De acordo com esses autores essa forma de poder “[...] que causa disrupção, penetra ou perfura os ambientes de informação nos países-alvo” (WALKER; LUDWIG, 2017, p. 13, tradução nossa)<sup>24</sup>.

Essa proposição teórica, produzida a partir da agência de pesquisa estadunidense *National Endowment for Democracy*, visiona a projeção de poder de países autoritários e a relação com a deterioração de regimes democráticos ao redor do mundo (WALKER; LUDWIG, 2017). Para eles o termo apresenta uma correção uma vez que até então, se buscava adaptar o *soft power* para as práticas de regimes autoritários (WALKER; KALATHIL; LUDWIG, 2020). Em decorrência disso, o conceito recai sobre dois países em específico: Rússia e China.

De acordo com eles, esses países exercem *sharp power* a partir da manipulação de plataformas de mídia, da produção acadêmica enviesada e da propagação cultural que promovem suas respectivas organizações autoritárias (WALKER; LUDWIG, 2017). De acordo com eles, isso foi um grande desdobramento no sentido oposto ao que se esperava sobre os impactos que o livre fluxo de informação da globalização traria a regimes fechados (WALKER; KALATHIL; LUDWIG, 2020). Assim sendo, eles argumentam que, muito pelo contrário, as TIs acabaram por contribuir para o fortalecimento e até mesmo extensão das medidas repressivas dos regimes autoritários (WALKER; KALATHIL; LUDWIG, 2020).

Apesar dessa nova concepção teórica de poder, Jingkai Shao (2019) já aponta que ela apresenta algumas falhas fundamentais. Em primeiro lugar, Shao (2019) aponta que o conceito de *sharp power* é profundamente enraizado na perspectiva ocidental, sobretudo na política externa estadunidense, sobre a China e a Rússia. Em segundo lugar, ele denota a inconsistência do termo em se distinguir de *soft power* e *hard power*, sendo, portanto, muito próximo a noção de *smart power* (SHAO, 2019). Essa inconsistência, no entanto, como levanta Janice Bially Mattern (2005), já advém da própria conceituação de *soft power*.

Diferentemente do que Nye (1990) sugere ao conceber esses conceitos, uma divisão clara entre o exercício de poder para atrair e o exercício de poder para coagir, o que ocorre na prática é uma interdependência de elementos (MATTERN, 2005). Como denota Mattern (2005), *soft power* não é unicamente e exclusivamente *soft* porque ele carrega consigo a

---

<sup>24</sup> Texto original: they pierce, penetrate, or perforate the information environments in the targeted countries (WALKER; LUDWIG, 2017, p. 13).

implícita força daquele ator que o exerce, como foi o caso da Guerra ao Terror dos Estados Unidos. Em complemento, Richard D. Haas (2017) aponta como o conceito de *smart power* também é confuso, uma vez que ele é, supostamente, a combinação entre as duas formas de exercer poder. O resultado, como ele observa é que no final ele “não ensina como misturar várias formas de poder (seja militar, diplomático, econômico ou qualquer outro) para alcançar o resultado desejado” (HAAS, 2017, tradução nossa)<sup>25</sup>.

Outro apontamento interessante é o de que o termo *sharp power* também não é exatamente inédito. Em uma descrição das bases do poder estadunidense Walter Russell Mead (2005) apresenta, de forma bem semelhante à Nye (1990), três formas de poder: *sharp power*, *sticky power*, *sweet power*. Dentro da apresentação de Mead (2005), *sharp power* corresponde diretamente ao *hard power*, enquanto o *soft power* é dividido em atração econômica e atração cultural.

Tendo isso exposto, é possível dizer que os apontamentos críticos da teoria de *sharp power* elaborada por Walker e Ludwig (2017) partem de duas perspectivas e preocupações teóricas no campo de estudo das R.I. Como constata Robert Cox em *Social Forces, States and World Orders Beyond International Relations Theory* (1981), há teorias que visam a interpretação, descrição e resolução dos problemas no mundo, e há teorias que buscam uma profunda compreensão dos processos de origem e contexto do objeto analisado. É a partir dessa corrente que se faz a observação “teoria sempre serve a alguém e a algum propósito. Todas as teorias têm uma perspectiva. Perspectivas derivam de uma posição no tempo e no espaço, especificamente especialmente tempo e espaço social e político” (COX, 1981, p.128, tradução nossa)<sup>26</sup>.

Em sentido complementar, a perspectiva construtivista das R.I. também desenvolve análises que visam os processos de origem e contexto dos objetos que compõem o âmbito do sistema internacional. Sobretudo, como Alexander Wendt escreve em *Anarchy is what States Make of it* (1992), o significado desenvolve uma importante parte das relações entre Estados. Nesse sentido, a atribuição exclusiva do *sharp power* a China e a Rússia perpassa o que Wendt (1992) observa sobre a construção de ameaças na política internacional.

Apesar de tudo isso, a proposição do conceito Walker e Ludwig (2017) não é completamente anulada. Não obstante o seu viés ocidental, *sharp power* realiza a função de

---

<sup>25</sup> Texto original: It does not tell you how to mix various forms of power (be it military, diplomatic, economic, or whatever) in order to achieve a desired outcome (HAAS, 2017).

<sup>26</sup> Texto original: theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, especially specifically social and political time and space (COX, 1981, p.128).

endereçar algumas das novas preocupações do cenário político internacional. Enquanto nós podemos ignorar o estabelecimento dos Institutos Confúcio, por eles se aproximarem do exercício de *soft power* chinês (SHAO, 2019), não podemos deixar de lado a factualidade dos eventos ocorridos no período recente, como as formas de *cyberwarfare* desenvolvidas pela China e pela Rússia, bem como o uso das tecnologias de informação para causar desinformação e corrosão democrática em regimes autoritários.

Tendo em vista esses pontos apresentados, o conceito de *sharp power* utilizado no trabalho terá a compreensão crítica sobre a origem do termo, e buscará uma aplicação mais ampla e menos enviesada. O uso desse conceito também partirá do foco ao aspecto disruptivo do uso das tecnologias de informação no âmbito das relações internacionais. Dessa forma, veremos as seguintes questões: o uso da desinformação é exclusivo a países não democráticos? E porque a desinformação importa em mundo com alcance e acesso sem precedentes à informação? Isso será abordado e melhor desenvolvido no tópico seguinte e no capítulo 3 deste trabalho.

### **3.2 Desinformação e pós-verdade**

O rápido avanço das tecnologias de informação tornou-se uma das matrizes determinantes da era da informação. Como visto nos capítulos anteriores, em apenas algumas décadas todos os níveis de organização, desde a social a estatal e internacional, passou a ser tomada pelo grande fluxo informacional. A informação se tornou extremamente acessível em qualquer lugar e em qualquer hora com apenas alguns cliques e toques, seja através dos computadores ou celulares. No entanto, mesmo com essa amplitude e onipresença da informação, há uma pergunta básica necessária para se compreender com profundidade essa concepção abrangente: o que exatamente é informação?

Responder a essa questão não é tão simples assim. A informação pode ser tão complexa e diversa, na mesma medida em que pode ser singular e trivial. Conceitualmente, o termo ‘informação’ também é dificilmente substituível, uma vez que possui diferentes interpretações científicas. Visando o foco sobre a informação decorrente das TIs e suas implicações, devemos observar os conceitos que partem dessa mesma relação. Considerando isso, podemos começar novamente a partir das primeiras concepções de Claude E. Shannon sobre a Teoria da Informação apresentada em *The Mathematical Theory of Communication* (1963). Dessa vez, no entanto, buscaremos com maior profundidade as concepções sobre a informação e seus efeitos.

Como comentam Singer e Brooking (2018), para Shannon toda informação poderia ser reduzida a classificação binária, de 0 e 1, para otimizar o processamento dos computadores e aumentar a velocidade de transmissão dessas informações. Outra concepção chave de Shannon (1963) é a da entropia como um princípio determinante da informação. Esse princípio entende que a informação é definida pela probabilidade dela ser transmitida, podendo ela ser velha (alta probabilidade - baixo valor) ou nova (baixa probabilidade - alto valor) (GLEICK, 2011).

Essa é, no entanto, uma perspectiva estritamente matemática que concebe a informação de forma muito próxima ao que hoje se entende como dados nas TIs. Para uma visão mais holística sobre a informação é preciso, portanto, uma perspectiva que parta também da compreensão sobre as outras dimensões da informação. Uma abordagem epistemológica pode ser encontrada no esboço conceitual de Russell Ackoff em *From Data to Wisdom* (1999).

Ele trabalha com um sentido amplo da informação em relação a administração do conhecimento, considerando que dados constituem os elementos mais básicos de alguma coisa ou fato (ACKOFF, 1999). Em seguida, a informação no geral corresponde a conjuntos de diversos dados que podem ser interpretados através da compreensão e do conhecimento (ACKOFF, 1999). Por fim, a inteligência e a sabedoria correspondem às formas mais elevadas por não apenas interpretar a informação por si, mas por serem capazes de administrar, deduzir, escolher e julgar o que é posto (ACKOFF, 1999).

Essa é uma construção que ainda envolve o campo das TIs, mas que também pode ser compreendida em outras áreas que envolvem o conhecimento. Como Jandrić (2018) aponta, essa divisão hierárquica também é conhecida na forma de pirâmide DIKW. Tendo colocado isso, ele também argumenta, em observação a essa teoria, que “dados, informações e conhecimento descrevem o que foi e o que é - eles estão focados no passado e no presente. No entanto, a sabedoria fornece diretrizes para o comportamento humano - ela olha direto para o futuro” (JANDRIĆ, 2018, p. 109, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Agora nós devemos nos aproximar dos efeitos mais práticos da informação. Nesse sentido, Nye (2011), Cavelty e Brunner (2007) já observaram o papel que a informação pode ter enquanto um recurso de poder em uma era globalizada através das redes. Tendo em vista esse contexto, Keohane e Nye (2012) consideram que para efeitos políticos a informação pode

---

<sup>27</sup> Texto original: Data, information and knowledge describe what was and what is—they are focused on past and present. However, wisdom provides guidelines for human behaviour— it looks straight into the future (JANDRIĆ, 2018, p. 109).

ser tipificada em três: a) a informação livre; b) a informação comercial; c) a informação estratégica.

De acordo com esses autores, a informação livre seria aquela que circula sem custo nenhum, dependendo apenas de sua credibilidade para com sua fonte (KEOHANE; NYE, 2012). A informação comercial, por outro lado, é aquela que para circular é necessário a contrapartida financeira que constitui uma vantagem para a fonte (KEOHANE; NYE, 2012). E por último, a informação estratégica é aquela que não circula livremente e é resguardada pelo menor número possível de atores criando uma vantagem de conhecimento sobre aqueles que não possuem a mesma informação (KEOHANE; NYE, 2012).

A informação estratégica, como eles denotam, é a que a política internacional mais se baseia, uma vez que ela é fundamental nos jogos de poder entre os atores internacionais, seja em períodos conflituosos ou não (KEOHANE; NYE, 2012). Em escrituras anteriores, Nye (2004) ressalta a vantagem dos Estados Unidos em produção de TI, a qual pode ser associada à capacidade de informação comercial de empresas estadunidenses como a Microsoft (KEOHANE; NYE, 2012). Já a informação livre pode-se dizer que é o tipo que constitui a maior parte do fluxo informacional da Internet, uma vez que ela simplesmente “flui na ausência de regulamentação” (KEOHANE; NYE, 2012, p.216, tradução nossa)<sup>28</sup>.

A vista disso, já é possível entender alguns elementos da era informacional. As transformações que nos trouxeram a esse período decorrem, como destacam Keohane e Nye (2012) da exponencial redução de custos das TIs, bem como os de transmissão de informação. Por um lado, isso foi um processo positivo como, denota Thomas Friedman (1999, p. 66, tradução nossa) por ter proporcionado uma “democratização tecnológica” e informacional. Por outro lado, Nye (2004) já observa o processo negativo, apontando os efeitos da rápida expansão informacional gerada pela da globalização resultando em quantidades exorbitantes de informação, aqui podemos considerar a informação livre (KEOHANE; NYE, 2012), de qualquer parte do mundo.

Nessa última colocação, Nye (2004) observa que à medida que a informação se tornou cada vez mais abundante, a atenção foi o recurso a se tornar cada vez mais escasso (NYE, 2004). Com isso, ele analisa que em meio ao grande fluxo informacional o principal desafio é distinguir qual informação deve ser absorvida ou não (NYE, 2004). Consequentemente, o que se há é o estabelecimento de uma relação de poder entre aqueles que conseguem filtrar e absorver as informações valiosas e aqueles que não conseguem (NYE, 2004).

---

<sup>28</sup> Texto original: Free information will flow in the absence of regulation (KEOHANE; NYE, 2011, p. 216).

Seguindo essa mesma razão, James Gleick (2011, p. 417, tradução nossa)<sup>29</sup> denota que logo após as antecipações sobre a era da informação, surgiu a problemática de disfunções como a de “‘ansiedade pela informação’ e ‘fadiga da informação’”. Tendo isso exposto, podemos partir para a perspectiva que será mais central daqui em diante no trabalho. Considerando que a abundância e a dependência informacional (FLORIDI, 2014) trouxeram consigo a carência de atenção no consumo de informação (NYE, 2004), surge uma problemática crucial para uma concepção que é central para a interpretação da realidade, que é a percepção de fatos e da verdade.

Nesse sentido, o autor Jandrić (2018) aponta a relação próxima entre as TIs, o processo de transmissão de informação e a verdade. Considerando que as TIs são máquinas especialmente baseadas na distinção do que é verdadeiro e no que é falso, o que nos resta é ter que confiar na tecnologia, e naqueles que desenham essa tecnologia, de que ela está funcionando de acordo a essa distinção (JANDRIĆ, 2018). Novamente, como Keohane e Nye (2012, p. 215, tradução nossa)<sup>30</sup> destacam sobre a informação gratuita, que é a que mais circula na Internet, “os criadores da informação se beneficiam do fato de outros **acreditarem** (grifo nosso) nas informações que possuem”.

Dessa maneira, Monica T. Whitty e Adam Joinson (2009) analisam o paradoxo criado com a exponencial expansão da Internet. Eles exploram que a medida que ficou mais fácil o acesso aos fatos e de se expor com honestidade nas redes sociais, agir anonimamente e através da criação e repercussão de mentiras também (WHITTY; JOINSON, 2009). Isso de acordo com eles é o que constitui o “paradoxo da verdade e da mentira” (WHITTY; JOINSON, 2009, p. 143) na Internet. Diante desse risco paradoxal, Whitty e Joinson (2009) destacam que a confiança ocupa um papel central e fundamental nessa era informacional, no sentido em que Jandrić (2018, p. 102, tradução nossa) adiciona para descrever essa relação “eu confio em você, porque espero que você esteja me dizendo a verdade”.

Em uma análise complementar Jandrić (2018, p. 105, tradução nossa)<sup>31</sup> ainda escreve que:

Na era da razão digital, muitas atividades tradicionalmente individuais estão cada vez mais se transformando no reino do pensamento coletivo e da produção social de conhecimento. [...] Assim, a confiança torna-se cada vez mais importante para quase todos os tipos de desenvolvimento do conhecimento.

<sup>29</sup> Texto original: “information anxiety,” and “information fatigue,”(GLEICK, 2011, 417).

<sup>30</sup> Texto original: creators of information benefit from others believing in the information they possess (KEOHANE; NYE, 2011, p. 215).

<sup>31</sup> Texto original: In the age of the digital reason, many traditionally individual activities are increasingly transforming into the realm of collective thinking and the social production of knowledge. [...] Thus, trust becomes increasingly important for almost all kinds of knowledge development (JANDRIĆ, 2018, p. 105).

Seguindo essa perspectiva, devemos observar a apresentação teórica de Carolyn McLeod em *Trust* (2015). De acordo com essa autora, para entendermos a relação entre verdade e confiança precisamos compreender: a) a natureza da confiança e confiabilidade; b) a epistemologia da confiança; c) o valor da confiança; d) confiança e vontade (MCLEOD, 2015).

A primeira distinção parte da diferença entre confiar, enquanto uma ação, e ser confiável, enquanto uma característica (MCLEOD, 2015). Quando confiamos em algo ou alguém nós acreditamos positivamente que aquilo ou ele agirá de acordo com o previsto em suas intenções, à medida que também nos tornamos vulneráveis a traição (MCLEOD, 2015). A segunda distinção procura entender quando e porque confiamos, avaliando especialmente a racionalidade, ou não, das relações de confiança (MCLEOD, 2015). Já a terceira distinção, observa o valor da confiança para algumas das relações humanas essenciais, tais como a cooperação e a autonomia (MCLEOD, 2015). Por fim, o último apontamento observa como os sentimentos podem levar a confiança, que por sua vez também se aproxima ao caráter emotivo por ser algo que pode ser gerado, ou minado, em determinadas situações (MCLEOD, 2015).

Agora, porque exatamente toda essa apresentação sobre a relação entre verdade e confiança importa? E quais são seus efeitos práticos na era da informação? Considerando os apontamentos de Nye (2004) sobre a escassez da atenção em um fluxo abundante de informação, nós obtivemos uma deficiência crítica como observam Cailin O'Connor, e James Owen Weatherall em *The Misinformation Age: How False Beliefs Spread* (2019). Descrevendo essa problemática, esses autores apontam que:

Vivemos em uma era de desinformação - uma era de giros, marketing e mentiras absolutas. É claro que mentir não é novidade, mas a propagação deliberada de informações falsas ou enganosas explodiu no século passado, impulsionada tanto por novas tecnologias de disseminação de informações - rádio, televisão, internet - e pelo aumento da sofisticação daqueles que nos enganariam (O'CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 9, tradução nossa)<sup>32</sup>.

Ainda endereçando as origens da desinformação, O' Connor e Weatherall (2019) encontram que o marketing, desde o político ao comercial, ocupa uma considerável parcela de culpa nesse processo. Dentro dessa perspectiva, observa-se como as propagandas políticas operam enquanto instrumentos para a criação de narrativas para efeitos políticos, tais como a

---

<sup>32</sup> Texto original: We live in an age of misinformation—an age of spin, marketing, and downright lies. Of course, lying is hardly new, but the deliberate propagation of false or misleading information has exploded in the past century, driven both by new technologies for disseminating information—radio, television, the internet—and by the increased sophistication of those who would mislead us (O'CONNOR; WEATHERALL, 2019, p. 9).

construção de um lado certo e um lado errado (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019). Por outro lado, as propagandas do meio comercial e industrial são bem direcionadas a manipulação de informação para a proteção dos interesses das empresas e para a moldagem do público consumidor (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019).

O’Connor e Weatherall (2019) destacam especialmente esse último tipo de propaganda devido a grande influência que elas tiveram em remodelar o conhecimento público. Como exemplos, temos as ações das empresas de açúcar em promover a atenção contra o colesterol para diminuir a atenção aos males do açúcar e a indústria de álcool formando lobbies contra a legalização da maconha (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019).

Todo esse processo, no entanto, como eles destacam, foi potencializado pelo alcance das tecnologias de informação e, sobretudo, pelo papel central que as redes sociais passaram a ocupar nas relações humanas e no consumo de informação (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019). Em função desse contexto próximo, uma perspectiva mais descritiva da desinformação pode ser encontrada nas exposições de Hossein Derakhshan e Clair Wardle no relatório *Understanding and Addressing the Disinformation Ecosystem* (2017). De acordo com essa abordagem mais analítica, existem três tipos essenciais de desinformação<sup>33</sup>: a) *disinformation*, o que é falso e criado intencionalmente para afetar um alvo político; b) *misinformation*, o conteúdo falso sem objetivos nocivos; c) *mal-information*, o que é distorcido da realidade, com a intenção de causar efeitos danosos a um alvo político (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017).

Em sequência eles também identificam que o processo da desinformação é, essencialmente, composto por três elementos: aquele que cria a desinformação, a desinformação em si, e aquele que recebe e interpreta a desinformação (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017). É perceptível que esse processo remete às mesmas bases que Shannon (1963) concebe como essenciais em uma relação de comunicação de informação. Ademais, os autores apontam, em caráter prescritivo, que também é necessário entender a desinformação a partir de seus três momentos de “criação, produção (e reprodução), distribuição” (DERAKHSHAN; WARDLE, 2017, p. 10, tradução nossa) para que medidas de combate possam ser tomadas.

Em razão a essa apresentação, denota-se que a desinformação representa uma problemática crítica a interpretação da realidade, como argumenta Jandrić (2018).

---

<sup>33</sup> Em inglês os autores fazem a distinção a partir dos termos *disinformation*, *misinformation* e *mal-information*. No entanto, há uma limitação linguística para a tradução desses termos, uma vez que eles se encontram apenas no termo em português “desinformação”.

Considerando a hierarquia DIKW, e como cada elemento se relaciona na proporção de um para com o outro, teria-se que a absorção de uma informação errada geraria um conhecimento infundado que afetaria as capacidades de discernimento da inteligência e da sabedoria (JANDRIĆ, 2018). Logo, a desinformação também pode afetar a base de onde se distingue e se julga a informação (JANDRIĆ, 2018).

As consequências dessa conjuntura desinformacional têm sido percebidas, sobretudo, nos últimos anos da década de 2010 a partir do que Jayson Harsin (2018, p. 5) denomina de “a condição da pós-verdade”. A palavra “pós-verdade” se tornou um chavão a partir de sua evidência em 2016 em relação aos eventos políticos daquele ano, vide as eleições estadunidenses e o Brexit. “Pós-verdade” também chegou a ser escolhida como a palavra do ano em 2016 pelo dicionário de Oxford, que escolheu a seguinte definição “relacionado a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (OXFORD, 2016).

Em justificação a escolha, o dicionário de Oxford apresenta que o termo é um indicativo de um período após, “tal como em pós-guerra e pós-jogo” (OXFORD, 2016), a relevância da verdade. Devido ao fato da palavra ter entrado em evidência no ano de 2016, houve uma grande resposta acadêmica e literária que buscou compreender o que é a pós-verdade, como chegamos a esse ponto e, sobretudo, como saímos dele. Por isso, devemos observar algumas das principais apresentações e definições teóricas sobre esse objeto.

Segundo Harsin (2018), ele é um dos autores que concebe e apresenta a pós-verdade como um problema multifacetado. De acordo com ele, essa é uma condição em que há a “[...] prevalência mais do que nunca da desonestidade e desconfiança, imprecisões ou falso conhecimento” (HARSIN, 2018, p.5, tradução nossa)<sup>34</sup>. Contextualizando ainda mais o conceito, como decorrente de uma era desinformacional ele expõe que:

A pós-verdade, portanto, não é apenas sobre mentiras e falsas crenças, mas também, talvez até especialmente, sobre confusão em meio a um excesso de informações e apelos influentes, a dificuldade em discernir um do outro, o uso seletivo constante e apresentação de informações e apelos para termina o político estratégico (e empresarial), e as disputas públicas incessantes sobre o que é (im) preciso e (des) honesto (HARSIN, 2018, p.8, tradução nossa)<sup>35</sup>

Agora partindo para as ações que fazem parte dessa condição, esse autor identifica que a pós-verdade se constitui através parte do entendimento que destrincha o conceito de pós-

<sup>34</sup> Texto original: a socio political condition perceived as rifer than ever before with dishonesty and distrust, inaccuracies or false knowledge (HARSIN, 2018, p. 5).

<sup>35</sup> Texto original: Post-truth is thus not simply about lies and false beliefs but also, perhaps even especially, about confusion amid a surfeit of information and influential appeals, the difficulty in discerning one from the other, the constant selective use and presentation of information and appeals for strategic political (and business) ends, and the incessant public disputes about what is (in-)accurate and (dis-)honest (HARSIN, 2018, p. 8).

verdade através das práticas de: “desinformação, fake news, rumores, e as mentiras” (HARSIN, 2018, p.7, tradução nossa). O termo *fake news* também é outro que, juntamente à pós-verdade, entrou em evidência nos últimos anos, muitas vezes aparecendo relacionados entre si. Uma definição simplificada de *fake news* é a de que “são declarações evidentemente falsas ou fabricadas” (COSENTINO, 2020, p. 23, tradução nossa). Já uma apresentação mais completa pode ser encontrada o relatório da Reuters sobre *Digital News* de 2017, no identificando que existem “(1) notícias que são ‘inventadas’ para ganhar dinheiro ou desacreditar outras pessoas; (2) notícias que têm uma base de fato, mas são ‘tecidas’ para se adequar a uma agenda particular; e (3) notícias com as quais as pessoas não se sentem confortáveis ou não concordam” (NEWMAN et al. 2017, p.19, tradução nossa)<sup>36</sup>.

Como observa Gabriele Cosentino (2020, p. 23, tradução nossa)<sup>37</sup> “o termo (fake news) se popularizou entre 2015 e 2016, durante a campanha do *Brexit* e as eleições de 2016 nos EUA, como uma categoria abrangente que identifica várias formas de desinformação e desinformação”. No entanto, como Derakhshan e Wardle (2017) também destacam, boa parte da atenção e preocupação sobre as *fake news* decorre de seu uso instrumental para deslegitimar narrativas opostas à medida que deteriora o meio jornalístico.

Embora isso tenha exposto o que Harsin (2018) denomina de “mercados da verdade” (HARSIN, 2015, p. 2, tradução nossa)<sup>38</sup>, isso teve um custo sério. Derivando da abordagem foucaultiana sobre o papel da verdade, as instituições que mantêm a verdade, e aqueles que definem a verdade (FOUCAULT, 1976 apud HARSIN 2015), o autor aponta que em razão dos tempos de ampla informatização, a verdade e inverdade se tornaram produtos comercializados nas mídias (HARSIN, 2015; 2018). Com isso, elas são deliberadamente produzidas e moldadas para ir de acordo, ou desacordo, com determinadas perspectivas e determinados públicos, visando em muita das vezes o lucro pela reprodução dessa informação produzida (HARSIN, 2015; 2018). Isso, como denota Harsin (2018), foi implementado ao custo das instituições compromissadas com a transmissão e intermediação da verdade factual, com destaque para o jornalismo tradicional.

Essa consequência também é observada por Matthew D'Ancona em *Post-truth: the new war on truth and how to fight back* (2017). Para esse autor, a pós-verdade é uma era

---

<sup>36</sup> Texto original: 1) news that is ‘invented’ to make money or discredit others; (2) news that has a basis in fact, but is ‘spun’ to suit a particular agenda; and (3) news that people don’t feel comfortable about or don’t agree with (NEWMAN et al. 2017, p.19).

<sup>37</sup> Texto original: The term became popular between 2015 and 2016, during the Brexit campaign and the 2016 US elections, as a catch-all category identifying various forms of disinformation and misinformation (COSENTINO, 2020, p.23).

<sup>38</sup> Texto original: truth-markets (HARSIN, 2015, p.2)

definida pela “queda no valor da verdade, comparável ao colapso de uma moeda ou de uma ação. A honestidade e a precisão não são mais atribuídas à mais alta prioridade no intercâmbio político” (D’ANCONA, 2017, p. 3, tradução nossa)<sup>39</sup>. Como sintomático desse contexto, ele identifica que há uma “propagação infecciosa de relativismo pernicioso disfarçado de ceticismo legítimo” (D’ANCONA, 2017, p. 1, tradução nossa)<sup>40</sup>. Nesse sentido, ela avalia que a erosão da verdade enquanto um elemento essencial decorre da perda de confiança nas instituições que deveriam resguardar a verdade (D’ANCONA, 2017).

Aqui, no entanto, se faz necessário pontuar qual concepção de verdade está sendo trabalhada tanto nas exposições teóricas quanto no desenvolvimento deste trabalho. Em consonância a abordagem geral dos autores vistos até aqui, devemos nos ater especialmente a verdade derivada dos fatos e a verdade que é decorrente das ciências (ARENDR, 1967). Essa interpretação parte da consideração de que “fatos e eventos - o resultado invariável de homens vivendo e agindo juntos - constituem a própria textura do reino político” (ARENDR, 1967, p. 2, tradução nossa)<sup>41</sup>. Enquanto isso, a verdade científica é aquela que é validada através de pesquisas, discussões e debates que convergem em direção a uma mesma evidência (BABER, 2017).

Essas verdades importam porque são as que nos colocam na posição que Sharon Rider (2018, p. 35, tradução nossa)<sup>42</sup>, interpretando Arendt (1978), chama de “espectadores de eventos”. De acordo com ele, é somente através dessa posição de observação dos eventos e fatos externos que há a reflexão interna para formação do pensamento e ação política (RIDER, 2018). Nesse sentido, estamos observando a verdade que particularmente traz implicações para a ação política dos atores.

Embora seja útil a interpretação pós-moderna da verdade enquanto um produto de um determinado contexto social e histórico (BABER, 2017), ou especialmente como Harsin (2015) aponta, *para* um determinado contexto social e histórico, nós não devemos nos aprofundar muito no debate acerca do que *é* a verdade. A principal razão disso, é o apontamento de Besley, Peter e Rider (2018) acerca da atribuição de culpa aos autores pós-modernos por terem relativizado a verdade. Contudo, conforme eles enfatizam, essa perspectiva deixa de reparar o quão complexo é o contexto social, cultural, econômico e

---

<sup>39</sup> Texto original: crash in the value of truth, comparable to the collapse of a currency or a stock. Honesty and accuracy are no longer assigned the highest priority in political exchange (D’ANCONA, 2017, p. 3).

<sup>40</sup> Texto original: infectious spread of pernicious relativism disguised as legitimate scepticism. (D’ANCONA, 2017, p. 1).

<sup>41</sup> Texto original: facts and events – the invariable outcome of men living and acting together – constitute the very texture of the political realm (ARENDR, 1967, p. 2).

<sup>42</sup> Texto original: spectator of events (RIDER, 2018, p. 35).

político (BESLEY, PETER, RIDER 2018) do qual parte essa condição da pós-verdade (HARSIN, 2018). A compreensão desses elementos é que se pretende a partir dessas exposições conceituais da pós-verdade.

Retornando a apresentação de D’Ancona (2017), é perceptível que boa parte da atenção voltada a essa conjuntura da pós-verdade, não vem somente em preocupação da erosão da verdade como um pilar societal, mas especialmente porque essa situação tem diversas consequências políticas. Dessa maneira, Jandrić (2018) parte de uma interpretação simplificada da pós-verdade. Para ele, pós-verdade é quando há o “divórcio entre a verdade e a confiança” (JANDRIĆ, 2018, p.103, tradução nossa)<sup>43</sup>. Assim sendo, uma relação de pós-verdade é constituída pelo estabelecimento da confiança sem a transmissão da verdade. Consequentemente, como observam Jandrić (2018), Harsin (2018) e D’Ancona (2017), as políticas de pós-verdade se beneficiam da manipulação de informações e produção de discursos que apelam para a emoção, em detrimento da verdade, em razão de objetivos políticos.

Isso se demonstrou pertinente durante as eleições estadunidenses e o Brexit, que se tornaram os principais casos de destaque para o início das discussões sobre a pós-verdade. Como é destacado por D’Ancona (2017), Donald Trump foi eleito a partir de discursos que preteriam os fatos, em benefício da narrativa fantasiosa do *Make America Great Again*. Dessa forma “ele (Trump) era explicitamente divisivo, prometendo a proibição da imigração muçulmana, um muro ao longo da fronteira mexicana, um retorno ao protecionismo econômico” (D’ANCONA, 2017, p. 4, tradução nossa)<sup>44</sup>. Nesse mesmo sentido, Jandrić (2018) observa como Trump utilizou de um caso inventado sobre um ataque terrorista na Suécia durante uma de suas falas endereçadas à sua base eleitoral nos EUA. No caso do *Brexit*, D’Ancona (2017) denota como o resultado da saída do Reino Unido da União Europeia foi guiado pela culpabilização econômica aos imigrantes e pelo medo de muçulmanos radicais.

Em consideração a esses casos, temos a perspectiva política da pós-verdade de Lee McIntyre (2018). De acordo com essa concepção a pós-verdade é “uma forma de supremacia ideológica, por meio da qual seus praticantes estão tentando obrigar alguém a acreditar em algo, haja ou não boas evidências para isso” (MCINTYRE, 2018, p. 12, tradução nossa)<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> Texto original: divorce between truth and trust (JANDRIĆ, 2018, p.103).

<sup>44</sup> Texto original: He was explicitly divisive, promising a ban on Muslim immigration, a wall along the Mexican border, a return to economic protectionism (D’ANCONA, 2017, p. 4).

<sup>45</sup> Texto original: a form of ideological supremacy, whereby its practitioners are trying to compel someone to believe in something whether there is good evidence for it or not (MCINTYRE, 2018, p. 12).

Entretanto, tanto D’Ancona (2017) quanto Joshua Forstner (2018) encontram que a pós-verdade não é precisamente uma problemática recente.

Ainda em meados do século XX, Hannah Arendt (1967) já destacava que a verdade nunca foi um elemento íntegro do meio político. Assim, conforme ela argumenta:

Ninguém jamais duvidou de que a verdade e a política se dão muito mal, e ninguém, que eu saiba, jamais considerou a veracidade entre as virtudes políticas. As mentiras sempre foram consideradas ferramentas necessárias e justificáveis, não só do político ou do demagogo, mas também do comércio dos estadistas (ARENDR, 1967, p. 1, tradução nossa)<sup>46</sup>.

Estendendo a mesma observação para o âmbito das relações internacionais, Nicholas Michelsen e Benjamin Tallis (2018) apontam que a verdade também não é uma base sólida da política internacional, sujeita ao manuseio estratégico dos Estados em situações de conflito.

De todo modo, um dos primeiros apontamentos sobre a situação da pós-verdade seria argumentado por Steve Tesich no artigo *A government of lies* (1992). Diagnosticando a política estadunidense, Tesich (1992) avalia que houve uma deterioração da verdade em função dos escândalos políticos de corrupção e dos interesses evidentemente ocultados na política externa do país. Em especial, os casos de corrupção de Richard Nixon no Watergate, o tráfico de armas para Irã no governo de Ronald Reagan, e o envolvimento dos EUA na Guerra do Golfo no governo Bush, se demonstraram completamente infundados na mentira e manipulação da verdade (TESICH, 1992). A consequência dessa sucessão de eventos na política, como reflete Tesich (1992), foi o adormecimento em relação às mentiras. Destacando o caso da Guerra do Golfo, ele escreve:

Acontece que era tudo mentira. Mas o fato de que o governo Bush se sentiu seguro ao desclassificar esses telegramas mostra que não temia mais a verdade porque sabe que a verdade terá pouco impacto sobre nós. A mensagem da administração para nós foi esta: demos a você uma vitória gloriosa e devolvemos a sua auto-estima. Ora aqui está a verdade. Qual você prefere? As implicações são assustadoras. Estamos sendo informados de que não podemos mais ter verdade e auto-estima. Temos que escolher. Um exclui o outro (TESICH, 1992, n.p. tradução nossa)<sup>47</sup>.

Esse último apontamento de Tesich (1992) em específico é essencial para a compreensão de que a pós-verdade não é somente um fenômeno social, predominantemente visto sob a ótica da política doméstica. Pelo contrário, Cosentino (2020, p. 15, tradução nossa)

<sup>46</sup> Texto original: No one has ever doubted that truth and politics are on rather bad terms with each other, and no one, as far as I know, has ever counted truthfulness among the political virtues. Lies have always been regarded as necessary and justifiable tools not only of the politician’s or the demagogue’s but also of the statesman’s trade (ARENDR, 1967, p. 1).

<sup>47</sup> Texto original: It now turns out that it was all a lie. But the fact that the Bush Administration felt safe in declassifying those cables shows it was no longer afraid of the truth because it knows that the truth will have little impact on us. The Administration’s message to us was this: We’ve given you a glorious victory and we’ve given you back your self esteem. Now here’s the truth. Which do you prefer? The implications are terrifying. We are being told that we can’t have both truth and self esteem anymore. We have to choose. One excludes the other (TESICH, 1992, n.p).

percebe que a pós-verdade é uma problemática complexa composta de fatores “econômicos, sociais, culturais e geopolíticos”. Nesse sentido, Michelsen e Tallis (2018) pontuam que não é exatamente sobre o valor da verdade na política internacional, mas sim como isso implementa as dinâmicas de poder através da competição de narrativas em meio a difusão de poder.

Em vista disso, podemos observar dois casos que trazem destaque a essa perspectiva. Em complemento a exposição de Tesich (1992), Benjamin Waddel (2019) observa o uso da mentira na Guerra do Iraque em 2003. De acordo com ele, a invasão ocorreu baseada na informação deliberadamente forjada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) sobre a presença de Armas de Destruição em Massa (WADDEL, 2019). O outro exemplo mais recente, que incorpora mais elementos do contexto desinformativo da pós-verdade, é o da anexação Russa da Crimeia em 2014 (COSENTINO, 2020). Durante o processo, mídias russas promoveram desinformações, tais como os de “nacionalistas ucranianos crucificando uma criança em uma cidade de Sloviansk, no leste da Ucrânia” (COSENTINO, 2020, p. 45, tradução nossa)<sup>48</sup> a medida que difundia a narrativa das “pessoas (russos) educadas” (IONATAMIŠVILI, 2015, p.22, tradução nossa)<sup>49</sup> que estavam ocupando a Crimeia.

Nesse sentido, é perceptível que essa condição da pós-verdade (HARSIN, 2018) esteve contextualizado na proposição teórica do *sharp power* (WALKER; LUDWIG, 2017), sobretudo no tocante às observações do uso estratégico da desinformação e como isso pode afetar os ambientes políticos domésticos. Ademais, é necessário, por fim, destacar que a exposição das perspectivas que buscam ilustrar o fenômeno recente, mas não tão recente, da pós-verdade possui um aspecto em comum que é colocado em evidência. Central a essa discussão, está o endereçamento ao papel central que as redes sociais vieram a ocupar na conjuntura da pós-verdade atual a vista da potencialidade que elas têm em erodir a verdade em proporções e alcances nunca vistos antes (COSENTINO, 2020; JANDRIĆ, 2018; D’ANCONA, 2017; O’CONNOR; WEATHERALL, 2019; HARSIN, 2018).

Diante disso, essa relação será melhor exposta no próximo, e último, capítulo, com destaque a retomada do que foi visto nesse tópico para o desenvolvimento do 3.2. Daqui levaremos em consideração a pós-verdade enquanto uma descrição da conjuntura que envolve: a separação do valor da verdade, factual e científica, pela confiança e emoção; a fabricação e uso deliberado da desinformação; e as implicações na política doméstica e internacional. Em especial, levaremos a observação de Singer e Brooking (2018) sobre a

---

<sup>48</sup> Texto original: Ukrainian nationalists of crucifying a child in the eastern Ukrainian city of Sloviansk (COSENTINO, 2020, p. 45).

<sup>49</sup> Texto original: Polite People (IONATAMIŠVILI, 2015, p.22).

relação das redes sociais e a produção de verdades e desinformação, considerando o espaço virtual que elas são e as empresas privadas que elas representam. Com isso, veremos e localizaremos a inserção do Facebook nesse contexto.

### 3.3 Conclusão

Nesse segundo capítulo, vimos que a informação enquanto um elemento vital em diversas as dimensões ressalta as dinâmicas de segurança em torno do uso estratégico da informação (HERRERA, 2007). Assim como o *soft power* foi potencializado pelo alcance das TIs, também surgiu a ameaça do uso e alcance disruptivo do *sharp power* por atores não democráticos (WALKER; LUDWIG, 2017). Apesar de essa concepção ser um pouco enviesada, ela dimensiona a compreensão de que a informação e a desinformação poderiam ser produzidas e manipuladas para fins geopolíticos, como minar as estruturas políticas internas e a credibilidade de um rival (WALKER; LUDWIG, 2017).

Vimos também que informação possui uma relação próxima com fatos, verdades e confiança, que por sua vez são essenciais para nas relações sociais e políticas (MCLEOD, 2015; JANDRIĆ, 2018). Consequentemente, a desinformação decorre de um processo de separação da verdade e da confiança (JANDRIĆ, 2018). A vista disso, o grande fluxo informacional pôde ser contribuinte para o uso cada vez mais deliberado da desinformação para fins políticos, caracterizando uma era em que fatos e verdades não importam (HARSIN, 2018; O'CONNOR; WEATHERALL, 2019).

## 4. AS REDES SOCIAIS E O PODER ESTADUNIDENSE ATRAVÉS DO CASO DO FACEBOOK

Nos capítulos anteriores vimos como se constituiu a era da informação e como ela se deu em relação ao poder estadunidense e aos princípios da ordem liberal internacional. Em sequência vimos que a abundância informacional trouxe algumas dinâmicas informacionais com sérias implicações políticas. A vista disso, este último capítulo levará em consideração toda essa exposição observar a trajetória do Facebook.

Tendo isso em mente, veremos aqui como o Facebook se construiu dentro da realidade estadunidense dos anos 2000 e como ele foi relacionado ao *soft power* dos EUA a partir do caso da Primavera Árabe de 2011. Após isso, será observado como essa mesma plataforma deu condições para a viabilidade do *sharp power* russo durante as eleições estadunidenses de 2016.

### 4.1 O Facebook enquanto uma ferramenta de soft power

Por algumas décadas, o Vale do Silício foi o berço geográfico para a criação de diversos componentes e tecnologias que transformaram o mundo. É praticamente indiscutível a dimensão das contribuições que foram criadas e produzidas nessa pequena região da Califórnia. Ao início dos anos 2000, a região já tinha seu reconhecimento como um pólo altamente inovador, criativo e competitivo que foi responsável pelas origens da Internet, dos PCs IBM, assim como pela Apple e pela Microsoft que produziam computadores cada vez mais populares. Não havia melhor lugar para um grupo de universitários que acabaram de desenvolver um projeto tecnológico em rápida popularização.

A transição dos anos 1990 para os anos 2000 nos Estados Unidos foram especialmente cruciais para a era da informação porque foi o momento, como Henwood (2003) aponta, no qual as TI finalmente estavam influenciando de maneira expressiva a produtividade e o crescimento econômico. Conforme Castells (2001) expõe, muito se deve a adaptação do mercado financeiro para a rápida expansão dos mercados e do fluxo informacional. Devido a esse cenário, houve um aumento expressivo do incentivo financeiro à produção de TI que, por conseguinte, gerou uma alta especulação do mercado sobre a possibilidade e capacidade das empresas emergentes de TI emplacarem alguma tecnologia que viesse a causar disrupção (CASTELLS, 2001).

Isso foi o que ficou conhecido como o fenômeno da “bolha *dot com*” (IRONMAN, 2010). Ainda seguindo os pontos apresentados por Ironman (2010), dados sobre as bolsas de valores estadunidenses indicam que a bolha teve seu início evidente em 1997, com o aumento expressivo das ações do mercado. Somente em 2003, as bolsas passaram a ter um decaimento considerável, mas ainda acompanhados de uma linha de crescimento (IRONMAN, 2010). Isso, como denota Castells (2001), gerou um grande fluxo de investimentos diretos nas pequenas e médias iniciativas de empresas da área de TI, uma vez que todo mundo queria investir na próxima Microsoft ou Apple.

Conseqüentemente, a medida que houve uma resposta positiva no aumento da produtividade cada vez mais ligada ao uso de tecnologias, especialmente as TI, também houve o aumento de empresas que decaíram, foram superadas por outro serviço melhor, ou simplesmente vieram a falhar com suas propostas de negócio (CASTELLS, 2001), como por exemplo a *Netscape*, a *Ofoto* da Kodak, o *Napster* e a *Akamai* (O’RILEY, 2005). Não obstante o *boom* tecnológico, muitas empresas ainda tiveram a dificuldade de se adaptar completamente, não somente com os computadores, mas também a velocidade da qual eles estavam evoluindo em um curto prazo de tempo (CASTELLS, 2001). Além dessa contextualização mercadológica, houve também um processo que estava se demonstrando de extrema relevância no ambiente virtual, vindo a compor toda conjuntura da passagem tecnológica informacional dos anos 1990 para os anos 2000: o surgimento da *Web 2.0* (DINUCCI, 1999).

Se falarmos de uma *Web 2.0* é evidente que se precisa entender primeiramente o que foi a *Web 1.0*. Os dois conceitos procuram identificar o mesmo processo: etapas de evolução da Internet. De acordo com Mehmet Tekdal, Senol Saygıner, Fatih Çağatay Baz (2018), a *Web 1.0* é a identificação do estágio da Internet mais devagar, com ela ainda sendo organizada por poucas pessoas. Como eles apontam sucintamente “os usuários da *Web 1.0* eram passivos e consumidores e, em seguida, passaram de programador da web para usuários como o único caminho para frente em tecnologia. Esta situação limitou a interação do usuário com o conteúdo” (TEKDAL, SAYGINER, CAGATAY, 2018, p.17, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Dessa maneira, a *Web 2.0* foi um processo de evolução e adaptação das mudanças que surgiram a partir da *Web 1.0*. Contudo, conforme Darcy DiNucci (1999) aponta, os dois estágios possuem quase uma diferença abismal, tanto pelas dimensões da Internet, quanto

---

<sup>50</sup> Texto original: The users of Web 1.0 were passive and consumer and then shaped towards from the web programmer to users as the forward one-way in technology. This situation has limited the user interaction with the content (TEKDAL, SAYGINER, CAGATAY, 2018, p.17).

pelas relações que estavam se desenvolvendo pela Internet. Tendo em vista isso, San Murugesan (2007) aponta algumas descrições que se encaixam no que seria a *Web 2.0*. De acordo com ele “a Web 2.0 aproveita a Web de uma maneira mais interativa e colaborativa, enfatizando a interação social dos colegas e a inteligência coletiva, e apresenta novas oportunidades para alavancar a Web e envolver seus usuários de forma mais eficaz” (MURUGESAN, 2007, p. 34, tradução nossa)<sup>51</sup>.

É exatamente dentro desse cenário que se encontram as origens da rede social Facebook. Mark Zuckerberg era apenas um estudante de psicologia, com interesse em programação, na faculdade Harvard quando fundou uma plataforma interuniversitária com seus colegas em 2004 (PHILLIPS, 2007). Desde então, a plataforma foi rapidamente popularizada entre outras universidades até que fosse aberta ao público geral da Internet em 2006 (PHILLIPS, 2007). Em 2014, Zuckerberg participou de uma conversa com o presidente da universidade de Stanford, John Hennessy, refletindo sobre as origens do Facebook e como a plataforma representou uma grande mudança para Internet (CAREY, 2014). Conforme o relato sobre uma das falas de Zuckerberg durante a palestra “acho que a ideia fundamental que o Facebook trouxe foi criar esse espaço privado que não existia antes e, ao desbloquear e abrir esse espaço, há um enorme potencial para permitir que as pessoas comuniquem suas ideias” (CAREY, 2014, n.p, tradução nossa)<sup>52</sup>.

Já no curto vídeo que há disponível da conversa entre Zuckerberg e Hennessy, é interessante um destaque feito pelo criador do Facebook. Para Zuckerberg, ele acreditava que sua pequena plataforma era apenas uma antecipação de algo mais abrangente, conectando o mundo, que seria desenvolvida por uma das grandes empresas de TI. Com isso, ele denota “então, uma das maiores surpresas para mim, olhando para trás, nestes dez anos depois, é que fomos realmente nós” (ZUCKERBERG, 2014, tradução nossa)<sup>53</sup>.

A vista disso, devemos observar como foi a rápida popularização da plataforma desde seu lançamento em 2004. Seguindo a tabela de dados do Statista no ANEXO A - Crescimento do número de usuários no Facebook ao longo dos anos (RICHTER, 2019), a rede social teve um crescimento quase exponencial em sua base de usuários desde a sua criação. De apenas

---

<sup>51</sup> Texto original: Web 2.0 harnesses the Web in a more interactive and collaborative manner, emphasizing peers' social interaction and collective intelligence, and presents new opportunities for leveraging the Web and engaging its users more effectively (MURUGESAN, 2007, p. 34).

<sup>52</sup> Texto original: I think the fundamental idea that Facebook brought was creating this private space that didn't exist before, and by unlocking and opening that space, there's a huge potential to allow people to communicate their ideas (CAREY, 2014, n.p).

<sup>53</sup> Texto original: so one of the biggest surprises for me, looking back on these ten years later, is that actually was us (ZUCKERBERG, 2014).

alguns milhões nos primeiros anos, para a primeira rede social com 1 bilhão de usuários em 2012 (RICHTER, 2019). O Facebook havia se tornado, e ainda é de acordo com os números de 2020 (CLEMENT, 2020a), a rede social mais utilizada do mundo.

Esse marco em especial se tornou bastante expressivo, como destaca o autor Newton Lee em *Facebook Nation: Total Information Awareness* (2014), considerando que a rede social havia alcançado proporções populacionais comparáveis aos de diversos países. A comparação de maior destaque feita por ele é a de que “com mais de 1,32 bilhão de usuários ativos mensais em 30 de junho de 2014, o Facebook como nação está prestes a ultrapassar a China como o maior país do mundo” (LEE, 2014, p. 48, tradução nossa)<sup>54</sup>.

O Facebook havia se tornado em uma grande empresa e uma grande rede social, sendo uma das principais protagonistas da *Web 2.0* (MCCARTY, 2015). A vista disso, podemos observar um destaque, em particular, realizado em 2011 em torno da aproximação da marca de 1 bilhão de usuários que viria no ano seguinte. O então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, realizou um discurso para o Estado da União destacando os tempos de mudança e importância tecnológica, bem como da necessidade de incentivo à inovação. Com isso, ele ressaltou como os EUA é um país que se destaca, e continuará se destacando nesse setor, argumentando que:

O que podemos fazer - o que a América faz melhor do que ninguém - é despertar a criatividade e a imaginação de nosso povo. Somos a nação que coloca carros nas calçadas e computadores nos escritórios; a nação de Edison e os irmãos Wright; do Google e do Facebook. Na América, a inovação não muda apenas nossas vidas. É assim que ganhamos a vida (OBAMA, 2011, tradução nossa)<sup>55</sup>

Aqui é perceptível o destaque do Facebook, não somente como uma grande plataforma da Internet, mas especialmente como uma empresa de origem estadunidense. O Facebook havia se tornado um dos principais representantes do modelo e da cultura de inovação tecnológica estadunidense sumarizada no Vale do Silício (VAIDHYANATHAN, 2018). A rede social mais acessada do mundo havia se tornado uma representação da vantagem tecnológica estadunidense.

Nesse ponto, é claro que o Facebook estava sendo associado ao *soft power* (NYE, 2004) dos Estados Unidos. Isso decorre do paradigma da hegemonia estadunidense no pós Guerra Fria que Nye (2002) havia observado ao final dos anos 1990 e começo dos anos 2000

---

<sup>54</sup> Texto original: With over 1.32 billion monthly active users as of June 30, 2014, Facebook as a nation is about to overtake China as the largest country in the world (LEE, 2014, p. 48).

<sup>55</sup> Texto original: What we can do - what America does better than anyone else - is to spark the creativity and imagination of our people. We are the nation that puts cars in driveways and computers in the offices; the nation of Edison and the Wright brothers; of Google and Facebook. In America, innovation doesn't just change our lives. It's how we make our living (OBAMA, 2011).

e a relação entre as diferentes formas de exercer o poder, mediante ao aumento de custo do *hard power*. Dentro dessa perspectiva, o *soft power* havia se tornado uma maneira eficiente de exercer o poder, e as tecnologias de informação eram um elemento potencializador para aqueles que tivessem vantagem nesse setor (NYE, 1990, 2002, 2004).

Tendo isso em vista, o autor Daniel R. McCarthy (2015) apresenta especialmente a relação que a política externa estadunidense passou a desenvolver com a Internet. Assim como Nye (2004) faz o apontamento sobre os padrões criados através do pioneirismo tecnológico na área de TI, como no caso da Microsoft, McCarthy (2015) também aponta como as TIs contribuem para, e representam o poder institucional nas relações internacionais. Seguindo o argumento de McCarthy (2015) é necessário compreender a Internet em seus dois elementos essenciais: o físico e o virtual. Ambos desempenham um papel institucional, no sentido em que os dois determinam a origem política, estrutural e funcional da qual as normas são determinadas para os outros atores (MCCARTHY, 2015).

No entanto, como ele mesmo denota, a Internet funciona precisamente como uma instituição “difusa” (MCCARTHY, 2015, p. 67), no sentido em que ela pode delimitar indiretamente. Ou seja, todos os aspectos da Internet podem ser vistos a partir da relação entre sua origem e criação com as formas de uso para as quais elas são determinadas (MCCARTHY, 2015). Nesse sentido “ao incluir e excluir certas práticas, a Internet evita e promove objetivos alinhados com os objetivos de seus designers” (MCCARTHY, p. 67, tradução nossa)<sup>56</sup>.

Dentro dessa perspectiva, temos que a Internet e as TI desenvolvidas no contexto tecnológico dos EUA, foram objetivamente criadas com o intuito de possibilitar melhorias para a livre comunicação e fluxo de informação (MCCARTHY, 2015). A vista disso, a relação com a política externa estadunidense viria a partir de um paradigma político-econômico clássico, a “tradição das Portas Abertas” (MCCARTHY, 2015, p. 75, tradução nossa)<sup>57</sup>. Desde o século XIX os Estados Unidos tinham a preocupação de sustentar seu crescimento econômico de políticas de expansão capitalista e da busca pelo acesso a diferentes mercados estrangeiros (MCCARTHY, 2015). Porém, conforme o que diz McCarthy (2015), esse paradigma adquiriu novas dimensões com a formulação de ordem

---

<sup>56</sup> Texto original: By including and excluding certain practices the Internet prevents and promotes goals in line with the goals of its designers (MCCARTHY, p. 67).

<sup>57</sup> Texto original: Open Door tradition (MCCARTHY, 2015, p. 75).

decorrente da “grande estratégia liberal” (IKENBERRY, 2000, p.103, tradução nossa)<sup>58</sup> estadunidense.

Considerando esses fatores, a atenção em particular ao Facebook decorre de um contexto do qual a Internet estava sendo percebida, não somente como uma ferramenta que promove o livre fluxo de informações, mas também como um instrumento que preza pelos valores liberais democráticos inerentes aos EUA e constituintes da ordem internacional (MCCARTHY, 2015). Especialmente com a criação das redes sociais, McCarthy (2015, p. 111, tradução nossa)<sup>59</sup> aponta como surgiu a “narrativa que sugere que a democracia é aprimorada pelo livre fluxo de informações, pois uma Internet aberta cria o equivalente digital de uma praça da cidade ou ágora ateniense”. A partir disso, também houve a convenção, sobretudo nos EUA, de que “a liberdade na Internet é essencial para a promoção da democracia no século XXI” (POSNER, 2011 apud MCCARTHY, 2015, p.111, tradução nossa)<sup>60</sup>.

Tendo isso em perspectiva, nós devemos observar as próprias palavras do Facebook sobre seu propósito. De acordo com sua página voltada para o perfil de apresentação da empresa para investimentos, há a seguinte apresentação:

Fundado em 2004, a missão do Facebook é dar às pessoas o poder de construir uma comunidade e aproximar o mundo. As pessoas usam o Facebook para se manterem conectadas com amigos e familiares, para descobrir o que está acontecendo no mundo e para compartilhar e expressar o que é importante para elas (FACEBOOK, 2019, tradução nossa)<sup>61</sup>.

Diante disso, é possível apontar a conexão do Facebook com esses elementos a partir da consideração que ambos foram concebidos dentro da realidade estadunidense de valores liberais democráticos. Consequentemente, o Facebook possui em si elementos do *soft power* estadunidense. Craig Hayden (2017) argumenta especialmente sobre essa relação estabelecida entre as redes sociais e a política externa dos EUA. De acordo com ele:

Plataformas digitais, como as mídias sociais, implicam uma estratégia de soft power - não porque elas oferecem um caminho único para persuasão ou construção de relações em si, mas porque incorporam as qualidades culturais, valores e idéias dos Estados Unidos. As plataformas, em outras palavras, servem como uma mensagem; um significante para os valores dos EUA, como transparência e participação

<sup>58</sup> Texto original: grand liberal strategy (IKENBERRY, 2000, p.103).

<sup>59</sup> Texto original: This causal narrative suggests that democracy is enhanced by the free flow of information, as an open Internet creates the digital equivalent of a town square or Athenian agora (MCCARTHY, 2015, p.111).

<sup>60</sup> Texto original: We believe that Internet Freedom is essential to 21st century democracy promotion (POSNER, 2011 apud MCCARTHY, 2015, p.111).

<sup>61</sup> Texto original: Founded in 2004, Facebook's mission is to give people the power to build community and bring the world closer together. People use Facebook to stay connected with friends and family, to discover what's going on in the world, and to share and express what matters to them (FACEBOOK, 2019).

democrática, compartilhamento de informações, colaboração e inovação. (HAYDEN, 2017, p. 195, tradução nossa)<sup>62</sup>.

Levando esses elementos em consideração, e destacando o período da chegada da primeira marca de 1 bilhão de usuários do Facebook em 2012, temos um caso concreto sobre que aparenta a relação da rede social e o *soft power* estadunidense. A Primavera Árabe, que ocorreu entre os anos 2010 e 2012, foi um dos principais eventos da política internacional da década de 2010. Conforme a apresentação de Simon Cottle (2011) houve uma subsequência de movimentos, protestos e revoltas contra a repressão de regimes autoritários na Tunísia, Egito, Marrocos, Algéria, Iêmen, Omã, Bahrein, Líbia, Síria, Irã, Líbano e Arábia Saudita. Apesar da pauta comum entre as revoltas, muitos autores apontam que as redes sociais desempenharam um papel fundamental no processo (COTTLE, 2011; HOWARD et al, 2011; SALANOVA, 2012; MCCARTHY, 2015).

Dentro dessa perspectiva, é percebido como as redes sociais possibilitaram a organização, comunicação e compartilhamento rápido tanto entre as comunidades árabes como também para o mundo sobre as revoltas (COTTLE, 2011; HOWARD et al, 2011). De acordo com o relatório sobre as redes sociais no mundo árabe do *Dubai School of Government* (2011) o número de usuários do Facebook em países árabes havia quase dobrado de 14,791,972 usuários em 2010 para 27,711,503 em 2011. E somente no primeiro trimestre de 2011, esse número havia crescido mais 30% (SALEM; MOURTADA, 2011).

Ainda segundo o relatório, o crescimento de usuários na plataforma seguiu a tendência de ocorrência dos protestos (SALEM; MOURTADA, 2011). Outro ponto interessante levantado sobre esse contexto é o de que na maioria dos países árabes, houve protestos que surgiram em correspondência a uma comunicação e convocação para a revolta feita por organizadores locais no Facebook (SALEM; MOURTADA, 2011).

Em especial aos dados levantados, o Egito era o país que representava cerca de 25% do número total de usuários do Facebook no mundo árabe (SALEM; MOURTADA, 2011). Em muitos países árabes, a Internet veio a ser estabelecida nos anos 1990 e 2000 devido a preocupação com o desenvolvimento econômico (SALANOVA, 2011). No entanto, assim como as redes de TV e noticiários, os regimes não democráticos locais controlavam, ou tentavam controlar, o acesso à Internet (SALANOVA, 2011).

---

<sup>62</sup> Texto original: Digital platforms like social media implicate a soft power strategy – not because they offer a unique route to persuasion or relation building per se, but because they embody the cultural qualities, values and ideas of the United States. The platforms, in other words, serve as the message; a signifier for US values such as transparency and democratic participation, information sharing, collaboration and innovation (HAYDEN, 2017, p. 195).

Isso de acordo com o relatório foi especialmente importante em países como o Egito e a Tunísia nos quais a maioria de seus usuários de Facebook “considerou que o principal impacto do bloqueio da Internet foi positivo para os movimentos sociais, estimulando as pessoas a serem mais ativas, decisivas e a encontrar formas de ser mais criativas na comunicação e organização” (SALEM; MOURTADA, 2011). No caso do Egito em específico, é interessante o destaque feito pelo relatório em que a despeito da baixa porcentagem (5,5%) de penetração, isto é daqueles que conseguem acessar as redes sociais apesar da repressão, isso ainda sim se transcrevia em cerca de seis milhões de usuários do Facebook que poderiam compartilhar informação (SALEM; MOURTADA, 2011).

Em vista disso, o Egito possui um destaque especial devido à organização e mobilização da população durante a sucessão de protestos no país, sobretudo no período entre janeiro e fevereiro de 2011, resultando na saída de Hosni Mubarak (COTTLE, 2011). Dessa maneira, apesar de ter sido instrumental durante o processo, não foi como se o Facebook tivesse atuado diretamente, como um braço oficial da política externa dos EUA, provocando uma relação causal entre o acesso a rede social livre e a emancipação árabe (MCCARTHY, 2015). Mesmo assim, a “narrativa abrangente” (MCCARTHY, 2015, p. 113, tradução nossa)<sup>63</sup> da política externa estadunidense sobre esses eventos considerou o contrário, interpretando que o Facebook foi central no processo.

Não obstante esse destaque da contribuição instrumental do Facebook, também vale mencionar um momento em que há, talvez, uma contribuição mais ativa ao *soft power* dos EUA. Considerando novamente a relação entre a política externa estadunidense e o livre fluxo da Internet como elemento de soft power (MCCARTHY, 2015), é possível encontrar um caso interessante. Até então não havia tido um momento tão amplamente explícito de compromisso com esses elementos do que quando Mark Zuckerberg, por volta de 2013, estabeleceu através do Facebook o objetivo de promover ativamente o acesso a Internet em países menos desenvolvidos (HEMPEL, 2016).

Depois da marca de 1 bilhão de usuários, Zuckerberg percebeu que havia algo que poderia ser feito além de apenas aumentar o número de usuários no Facebook (GROSSMAN, 2014). Em um post feito na rede social, Zuckerberg apresentou a relação entre a missão da plataforma e as mudanças no mundo, apontando que:

Nossa missão no Facebook é conectar o mundo. Muitas vezes pensamos nisso como conectar você com seus amigos e familiares - aqueles que mais importam para você. Mas isso também significa ajudar as pessoas a se conectar com empresas, governos e outras organizações em suas vidas também. Ao ajudar as empresas a se conectar

<sup>63</sup> Texto original: overarching narrative (MCCARTHY, 2015, p. 113).

com clientes novos e existentes e ao ajudar os desenvolvedores a compartilhar seus aplicativos com o mundo, a comunidade do Facebook está criando muitos empregos e oportunidades econômicas em todo o mundo (ZUCKERBERG, 2015, tradução nossa)<sup>64</sup>

Para ele, tal como o acesso à água e a saúde, a acessibilidade a Internet se tornou uma necessidade humana básica (HEMPEL, 2016). Através da iniciativa *Internet.org*, Zuckerberg visionou que o acesso a Internet era essencial não somente para a conectividade do mundo, mas especialmente para a inclusão dos indivíduos de países menos desenvolvidos e com menor infraestrutura ao conhecimento que é compartilhado virtualmente pelo globo (INTERNET.ORG, 2020). Dessa maneira, os indivíduos poderiam suprir suas carências infraestruturais e até mesmo serem inseridos na “economia moderna” (ZUCKERBERG apud HEMPEL, 2016).

Dessarte, a exposição sobre a trajetória do Facebook feita até aqui, no entanto, apenas apresenta a primeira metade de sua história. De apenas um projeto de rede social criado por um grupo de universitários em Harvard, para uma empresa e plataforma protagonista no processo de transformação do mundo em uma grande rede interconectada pelo rápido fluxo de informações e conhecimento. Todavia, aqui estão duas questões reflexivas que serão levadas para o próximo tópico: o mundo mudou para melhor ou para pior com o Facebook? E como isso se relaciona com o poder estadunidense?

## 4.2 O Facebook como vetor de sharp power

Ao início dos anos 2010, estava se tornando cada vez mais evidente que a informação estava de fato tomando um papel essencial em praticamente todos os campos e todos os tipos de relação (FLORIDI, 2014). Ao mesmo tempo, a crescente conectividade com o mundo também estava ocasionando problemáticas que concernem o caráter elementar da era da informação: quando e o que é muita informação? Sobretudo, quais são as consequências do grande fluxo de informações em mundo conectado? Surpreendentemente, as respostas a essas questões surgiram não demoraram muito para se tornarem evidentes.

As consequências, principalmente as negativas, não somente se tornaram mais aparentes, como também viemos a ter um objeto que tem adquirido cada vez mais centralidade na conjuntura política atual: as redes sociais (COSENTINO, 2020). Ainda nos

---

<sup>64</sup> Texto original: Our mission at Facebook is to connect the world. We often think about this as connecting you with your friends and family -- those who matter to you most. But this also means helping people connect with businesses, governments and other organizations in their lives as well. By helping businesses connect with new and existing customers, and by helping developers share their apps with the world, the Facebook community is creating a lot of jobs and economic opportunities around the world (ZUCKERBERG, 2015).

anos 2000, Nye (2004) havia observado que as TIs estavam transformando os meios para o exercício de poder, enfatizando o alcance do *soft power*. Todavia, também visionou que o excesso de informação tinha seus problemas (NYE, 2004).

Quando abordamos a conjuntura atual, destaca-se precisamente “a condição da pós-verdade” (HARSIN, 2018, p. 5, tradução nossa)<sup>65</sup> que tem permeado tanto as esferas da política global, quanto também diversos ambientes acadêmicos ao redor do mundo nos últimos anos. Notavelmente, ainda se busca compreender a reverberação de eventos como as eleições estadunidenses de 2016 e o *Brexit*, que ocorreu no mesmo ano, e a relação com as redes sociais e a desinformação (COSENTINO, 2020). A observação da crescente relação direta entre as redes sociais e consequências políticas, instiga uma reflexão elementar: como chegamos a esse ponto?

Os autores Singer e Brooking realizam em *LikeWar. The weaponization of social media* (2018) um diagnóstico que ilustra claramente a situação atual. De acordo com eles, nós nos encontramos em um período muito particular da nossa relação com a informação devido ao seu ganho de importância praticamente vital em todas as esferas de organização social (SINGER; BROOKING, 2018; FLORIDI, 2014). Em decorrência disso, não obstante o amplo acesso e a conectividade a nível global que produziram densas quantidades de informação livre (NYE, 2004), é acerca da questão sobre *como* utilizar essa informação que o mundo tem se adaptado (SINGER; BROOKING, 2018). Isso traz implicações tanto positivas quanto negativas. Em razão disso, os autores observam que “a internet, uma vez um lugar leve e arejado de conexão pessoal, se transformou no sistema nervoso do comércio moderno. Ela também se tornou um campo de batalha onde as próprias informações são transformadas em armas” (SINGER; BROOKING, 2018, p.14, tradução nossa)<sup>66</sup>.

Novamente, temos o destaque da informação como um importante componente estratégico, tão quanto em outros momentos da história, porém tendo sua relevância ampliada devido às circunstâncias atuais de dependência da informação (CAVELTY; BRUNNER, 2007; FLORIDI, 2014). Seguindo essa perspectiva, Singer e Brooking (2018) possuem como argumento central a transformação da natureza do conflito na política internacional, em razão da vitalidade da informação, e a centralidade do papel das redes sociais nessa conjuntura. Posto isso, eles desenvolvem cinco pontos para expor e descrever a atual relação entre a Internet, as redes sociais, e como a informação está sendo utilizada: a) a internet saiu da

<sup>65</sup> Texto original: post-truth condition (HARSIN, 2018, p.5).

<sup>66</sup> Texto original: The internet, once a light and airy place of personal connection, has since morphed into the nervous system of modern commerce. It has also become a battlefield where information itself is weaponized (SINGER; BROOKING, 2018, p.14).

adolescência; b) a internet se tornou um campo de batalha; c) este campo de batalha muda a forma como os conflitos são combatidos; d) esta batalha muda o que ‘guerra’ significa; e) todos nós fazemos parte desta guerra (SINGER, BROOKING, 2018, p. 15, tradução nossa)<sup>67</sup>.

O primeiro ponto nos situa acerca sobre como já estamos nos distanciando dos paradigmas da criação de Internet, de adaptação a expansão informacional e conexão global, enquanto as redes sociais estão protagonizando o começo de um processo ainda mais amplo de transformação das dinâmicas sociais através das redes (SINGER, BROOKING, 2018). O segundo ponto, entende como o conflito de todas as esferas, social, política e militar, estão cada vez mais transcritas para o ambiente virtual da Internet, com consequências a nível doméstico e internacional (SINGER, BROOKING, 2018). O terceiro percebe como o poder no meio virtual é mensurado na capacidade de produzir narrativas e viralização (SINGER, BROOKING, 2018; MICHELSEN, TALLIS, 2018).

O quarto ponto, em particular, possui um destaque significativo. Esse ponto compreende que cada vez mais a Internet é um espaço a ser conquistado politicamente, e até mesmo militarmente, e como as vitórias no ambiente virtual se transcrevem para o mundo real (SINGER, BROOKING, 2018). Porém, segundo eles, há um elemento central que é determinante para as regras desse jogo virtual (SINGER, BROOKING, 2018). Assim eles argumentam que “não são os políticos, generais, advogados ou diplomatas que estão definindo as leis dessa nova luta. Em vez disso, é um punhado de engenheiros do Vale do Silício” (SINGER, BROOKING, 2018, p.16, tradução nossa)<sup>68</sup>. Logo utilizaremos esse destaque para o caso do Facebook.

O quinto e último ponto denota que em um cenário de competição de narrativas o recurso que está sendo disputado é justamente nossa “atenção” (SINGER, BROOKING, 2018, p. 16, tradução nossa). Além dessa exposição que contextualiza as atuais relações com a Internet, há também a perspectiva que ressalta o porquê das redes sociais terem um papel tão central na transcrição das dinâmicas virtuais para o mundo real. Ademais o papel delas de determinarem como ocorre o fluxo de informação em suas plataformas (SINGER, BROOKING, 2018), os autores O’Connor e Weatherall (2019) destacam os efeitos sociais gerados pela constante adaptação das redes sociais aos nossos interesses e gostos.

---

<sup>67</sup> Texto original: First, the internet has left adolescence. [...] Second, the internet has become a battlefield. [...] Third, this battlefield changes how conflicts are fought. [...] Fourth, this battle changes what “war” means. Fifth, and finally, we’re all part of this war (SINGER, BROOKING, 2018, p. 15).

<sup>68</sup> Texto original: it is not the politicians, generals, lawyers, or diplomats who are defining the laws of this new fight. Rather, it’s a handful of Silicon Valley engineers (SINGER, BROOKING, 2018, p.16).

A consequência, sobretudo política, desse processo é a criação do fenômeno “câmara de eco” (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p.16, tradução nossa)<sup>69</sup>, onde há a conversão de gostos e preferências para um espaço que reforça as mesmas crenças e perspectivas, estejam elas certas ou não. Isso também é visto no relatório *Weapons of Mass Distraction: Foreign State-Sponsored Disinformation in the Digital Age* de Christina Nemr e William Gangware (2019). De acordo com eles, as redes sociais ao serem moldadas de acordo com o uso individual, respondendo as demonstrações de interesses e gostos, elas também contribuem para a reafirmação de identidade política (NEMR; GANGWARE, 2019).

Em razão disso, a principal problemática levantada por eles é a de que atores, especialmente estatais, estão aprendendo a manipular informação para objetivos políticos e geopolíticos tendo em vista esses efeitos (NEMR; GANGWARE, 2019). Esse é precisamente o ponto que corrobora para a concepção do *sharp power* (WALKER; LUDWIG, 2017) e para o contexto mais amplo da condição da pós-verdade (HARSIN, 2018). Agora, podemos partir para a seguinte observação: qual o papel do Facebook nesse cenário?

Considerando que o Facebook é a rede social com o maior número de usuários em todo o mundo (RICHTER, 2019), a plataforma exerce um papel central na direção do consumo de informação a nível global (SINGER; BROOKING, 2018; COSENTINO, 2020). Contudo, Chaim Gartenberg (2019) destaca que, embora a rápida expansão da plataforma nos últimos anos, direcionada pela promoção da conectividade global, ela não foi acompanhada por regulamentações. Consequentemente, ao mesmo tempo em que a plataforma havia-se tornado um facilitador para o acesso à informação e compartilhamento de ideias em comunidades, ela não desenvolveu um controle preciso sobre o *tipo* de informação que é circulada (GARTENBERG, 2019).

O problema se encontra na percepção do Facebook em suas duas esferas, a física e a virtual (MCCARTHY, 2015). Resumindo bem, o Facebook é uma empresa privada, de origem estadunidense que administra o funcionamento e as normas de sua rede social. Em função disso, James Ball argumenta em *Post Truth: How Bullshit Conquered the World* (2017) que a problemática principal está em como o Facebook ganha dinheiro. Nesse sentido, ele expõe que com os *advertisings* sendo a principal fonte de renda do Facebook, a prioridade dessa rede social é a manutenção da atenção de seus usuários, mesmo que isso venha ao custo do conteúdo que está em evidência (BALL, 2017).

---

<sup>69</sup> Texto original: echo chamber (O’CONNOR; WEATHERALL, 2019, p.16).

No mesmo sentido, Cosentino (2020, p. 53, tradução nossa)<sup>70</sup> complementa que “o Facebook, provavelmente a plataforma mais sofisticada de segmentação para os profissionais de marketing digital, opera em um modelo de negócios e estilo de gerenciamento algorítmico que incentiva o envolvimento dos usuários através de postagens virais”. Sina Vaidhyathan em *Anti-social media. How Facebook disconnects us and undermines democracy (2018)* também argumenta que a plataforma tem um problema crítico de negócio. Com isso ele aponta que:

O Facebook amplifica o conteúdo que atinge fortes registros emocionais, seja alegria ou indignação. [...] Se você quiser poluir o Facebook com tolices para distrair ou propaganda para motivar, é muito fácil. O primeiro passo é escolher a mensagem e a imagem mais extremas e polarizadoras. O extremismo irá gerar reações positivas e negativas, ou “engajamentos”. O Facebook mede o engajamento pelo número de cliques, “curtidas”, compartilhamentos e comentários. (VAIDHYANATHAN, 2018, p. 5, tradução nossa)<sup>71</sup>.

Nesse sentido, é interessante observar que o Facebook enquanto empresa ganhou somente no ano de 2019 cerca de US\$ 69,66 bilhões de dólares, tendo um crescimento 27% dos US\$ 55 bilhões em 2018 (CLEMENT, 2020b). Somente do valor de 2019, cerca de 98,5% é referente ao *advertising* na plataforma (CLEMENT, 2020c). Enquanto isso, o Facebook teve em 2019 uma receita média de US\$ 29,25 dólares por usuário na plataforma, um valor quase seis vezes maior do que era em 2011 e por pouco não chega ao dobro do que era em 2016 (CLEMENT, 2020d). Em vista disso, Cosentino (2020) aponta que os russos foram perspicazes em utilizar essa ferramenta para influência informacional, sobretudo durante as eleições estadunidenses em 2016.

Não obstante a campanha e a vitória de Donald Trump em 2016 através dos discursos nacionalistas, desinformação e o ataque às mídias jornalísticas com o apontamento de *fake news* (COSENTINO, 2020), houve uma controvérsia ainda maior após as alegações sobre a interferência russa na eleição (BALL, 2017). Em função disso, a Comissão de Inteligência do senado estadunidense em ação com o FBI e o DHS desenvolveram relatórios investigativos sobre as atividades russas nas eleições de 2016. No primeiro volume, apesar da censura em diversas partes do relatório, encontra-se a seguinte conclusão:

A Comissão não viu nenhuma indicação de que os votos foram alterados, de que os sistemas de contagem de votos foram manipulados ou que qualquer dado de registro

<sup>70</sup> Texto original: Facebook, probably the most sophisticated targeting platform for digital marketers, operates on a business model and algorithmic style of management that incentivizes users’ engagement on viral posts (COSENTINO, 2020, p. 53).

<sup>71</sup> Texto original: Facebook amplifies content that hits strong emotional registers, whether joy or indignation. [...] If you want to pollute Facebook with nonsense to distract or propaganda to motivate, it’s far too easy. The first step is to choose the most extreme, polarizing message and image. Extremism will generate both positive and negative reactions, or “engagements.” Facebook measures engagement by the number of clicks, “likes,” shares, and comments (VAIDHYANATHAN, 2018, p. 5).

de eleitores tenha sido alterado ou excluído, embora a percepções da Comissão e do CI sejam limitadas. Os eleitores e monitores de votação não relataram atividades suspeitas generalizadas em torno da eleição de 2016. (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019a, p. 38, tradução nossa)<sup>72</sup>

No entanto, o relatório denota que agentes russos tiveram de fato conhecimento das infraestruturas eleitorais, através da exploração de vulnerabilidades, com o objetivo de gerar justamente a sensação de desconfiança do processo democrático estadunidense (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019a). Embora não tenham sido encontradas evidências de manipulação no sistema eleitoral, o segundo volume do relatório encontra que houve uma ação ativa nas redes sociais (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b). O protagonismo dessas ações se encontra na *Internet Research Agency* (abreviado no relatório como IRA), uma agência russa privada sediada em São Petersburgo (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b).

Ela foi fundada pela figura de Yevgeniy Prigozhin, um oligarca russo compromissado informalmente com atividades políticas do governo russo, que de acordo com o relatório mantêm as operações da agência em torno da média de US\$ 1.25 bilhões de dólares por mês (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b). Com isso, ela foi responsável por manter apenas no Facebook, cerca de 3.400 de propagandas e mais de 61.500 posts com conteúdo original (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b).

O segundo volume do relatório conclui que “o IRA procurou influenciar a eleição presidencial dos EUA de 2016 prejudicando as chances de sucesso de Hillary Clinton e apoiando Donald Trump na direção do Kremlin” (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b, p.4, tradução nossa). Esse relatório também coloca que “esta campanha buscou polarizar os americanos com base em diferenças sociais, ideológicas e raciais, provocou eventos do mundo real e fez parte do apoio encoberto de um governo estrangeiro ao candidato favorito da Rússia nas eleições presidenciais dos EUA” (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b, p.3, tradução nossa). A partir disso, o relatório encontrou que nos últimos meses anteriores às eleições de 2016, havia duas histórias falsas em particular que estavam em alta: o suposto reforço do Papa Francisco a candidatura de Trump, com cerca de 960 mil engajamentos; e o aparente vazamento do *Wikileaks* sobre a Hillary Clinton, enquanto secretária de Estado do governo Obama, ter

---

<sup>72</sup> Texto original: the Committee has seen no indications that votes were changed, vote-tallying systems were manipulated, or that any voter registration data was altered or deleted, although the Committee and IC's insight is limited. Poll workers and voting monitors did not report widespread suspicious activity surrounding the 2016 election (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019a, p. 38).

vendido armas para o Estado Islâmico, com 789 mil engajamentos (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019b, p.9, tradução nossa).

Além desses relatórios, a Comissão Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes dos EUA fez uma coletânea dos conteúdos produzidos pela IRA no período entre 2015 e 2017. Em cada conteúdo colecionado, há o relato de quais dados foram alvejados.

Respectivamente, o ANEXO B - AD ID 2740 foi criado em 14/10/16 e alvejou o público masculino dos EUA, entre 18 e 65 (ou mais) anos, com interesses em Donald Trump e que consomem as mídias do Breitbart e Conservative Daily, ambos de extrema direita. O ANEXO B teve o gasto de 15.000 RUB (196,73 US\$)<sup>73</sup> e obteve 39.819 impressões e 3.160 cliques. Já o ANEXO C - AD ID 3175, como data de criação 25/10/16 alvejou o público em geral dos EUA, também entre 18 e 65 (ou mais) anos, que possuem interesses em Donald Trump. Esse teve o gasto de 3.610,96 RUB (47,36 US\$) e chegou a 3.730 impressões e 553 cliques. O ANEXO D - AD ID 1325, por sua vez, data de criação: 13/04/16 alvejou o público em geral dos EUA, entre 35 anos e 65 (ou mais), que possuem interesse em políticas migratórias. Ele teve o gasto de 11.601,81 RUB (152,16 US\$) 12.834 impressões e 3.051 cliques.

As conclusões dos relatórios, em adição aos exemplos de *advertising* produzidos pela agência russa IRA, demonstram claramente um exemplo de *sharp power* russo no sentido de que essas ações causam a “disrupção, penetra ou perfura os ambientes de informação nos países-alvo” (WALKER; LUDWIG, 2017, p. 13, tradução nossa). Apesar da controvérsia e alarme acerca da interferência nas eleições e descrédito dos processos democráticos, Dov H. Levin (2016) demonstra que não é exatamente uma ação recente nas dinâmicas da política internacional. Conforme ele apresenta, as dinâmicas entre EUA e União Soviética, e ainda posteriormente com a Rússia, produziram cerca de 117 interferências entre 1946 e 2000, buscando o favorecimento na balança de poder entre as potências (LEVIN, 2016). A vista disso, a novidade aparente é quão efetiva a Internet e as redes sociais podem ser no uso estratégico da informação e exercício de poder (SINGER, BROOKING, 2018; COSENTINO, 2020).

Dessa maneira, é possível ver que o Facebook teve um desenvolvimento trágico (VAIDHYANATHAN, 2018). Conforme Cosentino (2020, p. 53) argumenta, “em uma reviravolta irônica, as próprias ferramentas criadas por empresas americanas de alta

---

<sup>73</sup> Segundo a cotação de 18/11/2020

tecnologia para facilitar os negócios e as trocas sociais, foram usadas para atingir a sociedade e a política americana”. Em uma análise conjuntural da desinformação, o relatório de Samantha Bradshaw e Philip N. Howard sobre *The Global Disinformation Order* (2019) reporta que o Facebook é a principal plataforma em 56 países para a manipulação de informação com fins políticos.

Esse uso a nível global da informação para fins políticos e estratégicos da desinformação, em detrimento da verdade é o que contribui para a percepção da era da pós-verdade (HARSIN, 2018; COSENTINO, 2020). A respeito disso, Jennifer Kavanagh e Michael D. Rich (2018) observam, a partir da perspectiva estadunidense, o quão sério pode ser o esfacelamento da verdade na política, especialmente na esfera pública. Nesse sentido eles identificam como os efeitos mais graves: a) a erosão do discurso cívico; b) a paralisia política; c) a alienação e desligamento dos indivíduos da política e das instituições cívicas; d) a incerteza da política em nível nacional (KAVANAGH; RICH, 2018, p. xvi, tradução nossa)<sup>74</sup>. Em uma observação ampla, a verdade como uma base comum é essencial para o funcionamento político social e institucional (KAVANAGH; RICH, 2018).

Com isso, podemos observar que o Facebook se encontra muito próximo ao epicentro da condição da pós-verdade (HARSIN, 2018). A esse ponto é até mesmo possível observar que na medida em que o Facebook contribui para conectar o mundo, ele também tem sido uma forte ferramenta de desunião e até mesmo repressão (SINGER; BROOKING, 2018). Revistando principalmente o caso da Primavera Árabe, em que se teve a impressão de uma indução democrática através da liberdade na Internet, encontra-se que muitos países dos quais houveram manifestações no passado enfrentam atualmente crises profundas ou estão sob regimes ainda mais autoritários do que antes (SINGER; BROOKING, 2018).

Em razão disso, Cosentino (2020) observa a subsequência do esfacelamento da verdade como um desdobramento do período de expansão informacional, através dos paradigmas da globalização. Nessa perspectiva, “pode-se então argumentar que, de uma perspectiva geopolítica, o advento da era pós-verdade sinaliza a crise do projeto neoliberal e ocidental, liderado pelos Estados Unidos, de globalização” (COSENTINO, 2020, p. 12, tradução nossa)<sup>75</sup>. Se isso será demonstrado como uma tendência ou não dependerá de alguns fatores, que já não caberá abordar todos aqui.

---

<sup>74</sup> Texto original: The erosion of civil discourse; Political paralysis; Alienation and disengagement of individuals from political and civic institutions; Policy uncertainty at the national level.(KAVANAGH; RICH, 2018, p. xvi).

<sup>75</sup> Texto original: it could thus be argued that from a geopolitical perspective, the advent of the post-truth era signals the crisis of the neoliberal and American-led Western globalization project (COSENTINO, 2020, p. 12).

No entanto, um fator importante em relação a isso é que pelo menos as instituições domésticas dos EUA estão dedicadas em fazer algo a respeito do Facebook. Os outros volumes do relatório produzido pela Comissão de Inteligência do Senado, juntamente com a ouvidoria conjunta das Comissões de Comércio e Judiciária do Senado para inquirir Zuckerberg (VOLTZ, 2018), representam uma reação institucional às consequências provocadas nas eleições de 2016. Responder a isso não será simples, como Simon Jenkins (2019) comenta, uma vez que será necessária uma regulamentação tão ampla e complexa que pode ser comparável às que existem sobre armas nucleares. A vista disso, Vaidhyathan (2019) acredita que isso será um dos maiores desafios contemporâneos, que poderá ser enfrentado por diversos países.

### 4.3 Conclusão

Com esse terceiro e último capítulo vimos como o Facebook esteve próximo ao desenvolvimento de uma nova fase da era da informação (MURUGESAN, 2007). Seu rápido crescimento e popularidade ao longo da década de 2000 foi incorporado à política externa dos EUA através da associação do Facebook ao *soft power* do país e da colocação do livre fluxo informacional como um princípio liberal básico (MCCARTHY, 2015; HAYDEN, 2017). A vista disso, o uso do Facebook durante os processos de revolta na Primavera Árabe, foi percebido como uma evidência de indução do *soft power* estadunidense, através das redes sociais, para os princípios liberais democráticos (MCCARTHY, 2015).

Em sequência vimos a reviravolta que o Facebook teve em ser instrumentalizado para a disseminação de desinformação nas eleições dos EUA em 2016 (COSENTINO, 2020; U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019). A principal razão é que o Facebook prioriza a atenção e engajamento de seus usuários, independentemente do teor destes, enquanto a plataforma gira sua principal fonte de renda: os *advertisings* (VAIDHYANATHAN, 2018; COSENTINO, 2020). Isso foi explorado pelo *sharp power* russo (WALKER; LUDWIG, 2017), através da Internet Research Agency, durante as eleições para afetar o viés dos resultados e prejudicar a credibilidade política interna dos EUA (U.S SENATE SELECT COMMITTEE ON INTELLIGENCE, 2019)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de um simples acesso ao Facebook é possível observar que a plataforma possui uma configuração muito mais complexa e extensa do que ela uma vez já foi considerando suas origens enquanto uma simples rede social criada nos âmbito universitário estadunidense. Observando desde o ponto de sua criação em 2004 até os dias atuais, é inegável que o Facebook conseguiu cumprir com seu objetivo central mais básico: ser um espaço para interação social acessível em quase todo o globo. Contudo, ao longo desse processo, as redes sociais deixaram de ser apenas um espaço virtual e adquiriram um papel praticamente imprescindível para as relações sociais no mundo real, seja para o bem ou para o mau.

A vista disso, o Facebook, enquanto a rede social mais popular, esteve no epicentro das transformações e consequências, positivas e negativas, que ocorreram da relação entre as dinâmicas sociais no mundo real e no mundo virtual. Devido a isso, quando se avalia a trajetória do Facebook em si ela possui um desfecho um tanto trágico, sobretudo nos últimos anos. Foi visto como um pequeno projeto de um universitário nos dormitórios de Harvard conseguiu rápida popularidade em apenas alguns anos, fazendo com que o Facebook fizesse parte de um seleto grupo das empresas mais importantes e impactantes no setor de TI, juntamente à Apple, Google e Microsoft.

Entretanto, na subsequência de seu rápido sucesso e popularização, o Facebook também não conseguiu acompanhar os efeitos disruptivos negativos, sobretudo aqueles com impacto na esfera política, que tinham origem em sua plataforma. Isso foi um dos elementos centrais que levaram Mark Zuckerberg a responder no senado estadunidense pela falta de responsabilidade no manuseamento dos dados privativos da base de usuários da plataforma. Nesse ponto houve uma clara e evidente reviravolta no direcionamento da rede social que alguns anos atrás representava a conectividade virtual do mundo.

Embora isso tenha parecido como um caso relacionado à inconstância de gestão de uma empresa de alcance global, a verdadeira essência da trajetória do Facebook é a de que ela é um registro de uma conjuntura maior. Esses 16 anos de história dessa rede social, não são somente sobre o percurso de crescimento do Facebook em si. Em uma visão ampla, é possível observar que ela é sobre a chegada e a adaptação à era da informação, que ela é sobre a

cultura do Vale do Silício e o seu protagonismo no desenvolvimento de TIs, e, sobretudo, sobre o poder dos Estados Unidos no século XXI.

Antes de qualquer rede social, houve o desenvolvimento dos primeiros computadores e das primeiras formas de redes que tornaram possível a comunicação de informação a longas distâncias. Boa parte dessas tecnologias foram desenvolvidas e pensadas no contexto específico da participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra e de seu protagonismo na Guerra Fria. Sob essas circunstâncias o desenvolvimento das tecnologias de informação estava inserido na ação federal dos EUA de incentivar a inovação científica do país e a necessidade de criar vantagens sobre seus rivais.

Em função disso, a criação dos primeiros computadores e das primeiras formas de rede de conexão não tinha apenas uma importância para o avanço tecnológico, elas importavam especialmente porque tinham origem estadunidense. A vista disso, o Vale do Silício foi uma consolidação geográfica desse aspecto. Gradualmente, essa pequena região em São Francisco foi associada a uma cultura de alta inovação e liberdade criativa que reunia grandes inventores, pesquisadores e universitários não somente dos EUA, mas também do mundo para a criação de tecnologias transformadoras.

Paralelo a isso, no escopo da política internacional, os EUA haviam consolidado uma comunidade internacional fundamentada em princípios e instituições liberais democráticas. O fim da dinâmica bipolar da Guerra Fria não só representou o sucesso de um modelo de ordem internacional, como também foi o momento em que os valores liberais democráticos foram reconhecidos mundialmente como intrínsecos à cultura e ao poder dos EUA. Isso foi extremamente essencial para a percepção das TIs, até então majoritariamente de origem estadunidense, como ferramentas que iriam contribuir para a expansão da ordem liberal democrática e especialmente para o *soft power* dos EUA durante a transição para o século XXI.

Com isso, a era da informação além de ser um apontamento sobre as transformações decorrentes da relação humana com a informação abundante, ele também tinha um cunho geopolítico em razão da vantagem tecnológica dos EUA e da percepção deles em converter isso para a manutenção de sua posição de grande potência mundial. Logo, o Facebook dentro desse contexto se aparenta mais como um subproduto do poder estadunidense nos anos 2000. Os valores e elementos sobre os quais o Facebook foi pensado e criado são enraizados nos princípios liberais democráticos de livre acesso à informação e compartilhamento de ideias, que por sua vez foram atreladas ao *soft power* dos EUA. Além disso, outro aspecto

significativo dessa rede social é que ela também potencializa o alcance de outros componentes do *soft power* estadunidense, tais como produtos, filmes e padrões de vida.

É em razão disso que com a popularidade do Facebook, sobretudo nos anos de 2010 e 2012, o que era percebido não era meramente um caso de sucesso de uma empresa e um jovem visionário, mas sim o sucesso do *soft power* dos EUA, através de sua liderança na ordem liberal democrática internacional. Isso se demonstrou bastante evidente na percepção estadunidense sobre os eventos da Primavera Árabe e o uso do Facebook pelos manifestantes. No entanto, esse também foi o ponto de divisão entre o sucesso e a ruptura da rede social.

À medida que o Facebook adquiriu uma centralidade na era da informação, como a plataforma mais popular, ela também adquiriu uma responsabilidade sobre as formas de utilizar informação frente a abundância informacional. Com isso a informação passou a ser utilizada com especificidade. O Facebook se adaptou não apenas para lhe mostrar qualquer informação, mas precisamente para focar nas quais fossem compatíveis aos seus interesses, gostos, e identidade.

Embora isso tenha sido pensado no sentido de otimização da plataforma, houve uma inocência a respeito do uso nocivo que esse manuseamento preciso poderia adquirir. Os casos de atividade da agência russa IRA nas eleições estadunidenses de 2016 foram a demonstração da plena compreensão sobre a potencialidade política da desinformação através do *sharp power* e da exploração das liberdades publicitárias no Facebook. Esse evento foi crucial para a percepção de que a plataforma, uma vez favorável ao *soft power* estadunidense, agora estava constituindo uma ameaça aos mesmos valores que ela estava representando e difundindo.

Além disso, esse momento contribuiu para a colocação em cheque da democracia liberal no mundo, considerando que agora ela pode facilmente sofrer danos consideráveis decorrentes do uso político da desinformação com amplo alcance e infiltração. Apesar de tudo isso, o poder estadunidense ainda se demonstra bastante resiliente, sobretudo, devido às suas instituições domésticas bem consolidadas. Com isso, a conclusão final sobre esses eventos é a de que o futuro das relações políticas na era da informação não terá um percurso simples. Dentro dessa perspectiva, as consequências futuras, sejam elas positivas ou negativas, dependerão quase que exclusivamente do Facebook e da melhor conciliação entre o privado e público nos Estados Unidos.

## 6. REFERÊNCIAS

ACKOFF, R. L. **Ackoff's Best: His Classic Writings on Management**. New York: John Wiley & Sons, 1999.

ARENDDT, H. **TRUTH AND POLITICS**. New York: The New Yorker, 25 de fev de 1967.

ATKINSON, R. **Understanding the U.S. National Innovation System**. Washington DC: Information Technology & Innovation Foundation, 30 de jun de 2014. Disponível em: <https://itif.org/publications/2014/06/30/understanding-us-national-innovation-system> Acesso em 17 de set de 2020.

BABER, R B. What is scientific truth? **Climacteric**, Milton Park, vol. 20, n. 2, p. 83-84, 2017. DOI: [10.1080/13697137.2017.1295220](https://doi.org/10.1080/13697137.2017.1295220) Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13697137.2017.1295220> Acesso em 12 de nov de 2020.

BALL, J. **Post-Truth: How Bullshit Conquered the World**. London: Biteback Publishing, 2017.

BARBER, B. R. McWorld vs. Jihad. **The Atlantic Monthly**, Boston, mar de 1992. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1992/03/jihad-vs-mcworld/303882/> Acesso em 2 de out de 2020.

BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society: a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1976.

BESLEY, T.; \_\_\_\_\_; RIDER, S. Afterword: Viral Modernity From Postmodernism to Post-truth? In: PETERS, M. A. *et al.* (Ed.). **Post-Truth, Fake News: viral modernity and higher education**. Singapore: Springer, 2018, p. 217 - 224.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. **The Global Disinformation Order: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Londres: Oxford Computational Propaganda Research Project, 2019.

CADWALLADR, C; HARRISON, E. G. Zuckerberg set up fraudulent scheme to 'weaponise' data, court case alleges. **The Guardian**, Londres, 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/may/24/mark-zuckerberg-set-up-fraudulent-scheme-weaponise-data-facebook-court-case-alleges> Acesso em 2 de nov de 2020.

CAREY, B. **Zuckerberg and Hennessy discuss how social media can solve global challenges**. Stanford, Stanford News Service. 15 de jan de 2014. Disponível em: <https://engineering.stanford.edu/magazine/article/zuckerberg-and-hennessy-discuss-how-social-media-can-solve-global-challenges> Acesso em 23 de set de 2020.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. 2ª ed. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. 2ª ed. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd, 2010.

CAVELTY, M. D; MAUER, V; HENSEL, S. F. K (Ed.). **Power and Security in the Information Age: investigating the role of the state in cyberspace.** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

\_\_\_\_\_. Is Anything Ever New? – Exploring the Specificities of Security and Governance  
In: \_\_\_\_\_; MAUER, V; HENSEL, S. F. K (Ed.). **Power and Security in the Information Age: investigating the role of the state in cyberspace.** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007, p.19 - 44.

\_\_\_\_\_; BRUNNER, E. M. Introduction: Information, Power, and Security – An Outline of Debates and Implications In: \_\_\_\_\_; MAUER, V; HENSEL, S. F. K (Ed.). **Power and Security in the Information Age: investigating the role of the state in cyberspace.** Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007, p.1 - 18.

CBS. Clinton: Use ‘Smart Power’ in Diplomacy. **CBS News**, New York, 13 de jan de 2009. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/clinton-use-smart-power-in-diplomacy/> Acesso em 16 de set de 2020.

CLEMENT, J. Facebook's average revenue per user (ARPU) from 2012 to 2019. Hamburg, Statista, 2020a. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/> Acesso em 2 de nov de 2020.

\_\_\_\_\_, Facebook's annual revenue from 2009 to 2019, by segment. Hamburg, Statista, 2020b. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/271258/facebooks-advertising-revenue-worldwide/> Acesso em 2 de nov de 2020.

\_\_\_\_\_, Facebook's advertising revenue worldwide from 2009 to 2019. Hamburg, Statista, 2020c. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/267031/facebooks-annual-revenue-by-segment/> Acesso em 2 de nov de 2020.

\_\_\_\_\_, Most popular social networks worldwide as of October 2020, ranked by number of active users. Hamburg, Statista, 2020d. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/234056/facebooks-average-advertising-revenue-per-user/> Acesso em 2 de nov de 2020.

COSENTINO, G. **Social Media and the Post-Truth World Order: The Global Dynamics of Disinformation.** Cham: Palgrave MacMillan, 2020.

COTTLE, S. Media and the Arab uprisings of 2011: Research notes. **Journalism**, Newbury Park, vol. 12, n. 5, p. 647– 659, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884911410017> Acesso em 23 de ago de 2020.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, London, vol. 10, no. 2, p.126–55, jun de 1981  
doi: [10.1177/03058298810100020501](https://doi.org/10.1177/03058298810100020501) Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501> Acesso em 16 de out de 2020.

D’ANCONA, M. **Post-truth: the new war on truth and how to fight back.** London: Ebury Press. 2017.

DAHL, R. **On Democracy**. 2ª ed. New Haven: Yale University Press, 1998.

DERAKHSHAN H.; WARDLE, C. Information Disorder: Definitions. *In*: **UNDERSTANDING AND ADDRESSING THE DISINFORMATION ECOSYSTEM**. Pennsylvania: Annenberg School for Communications. dez de 2017, p. 5-12.

DEUTSCH, K. W. On the Concepts of Politics and Power. **Journal of International Affairs**, Columbia, vol. 21, n 2, p. 232–241, 1967. Disponível em: [www.jstor.org/stable/24370062](http://www.jstor.org/stable/24370062). Acesso em 17 de set de 2020.

DINUCCI, D. Fragmented future. **Print Magazine**, New York, vol. 4, n. 32. p. 32, 1999. Disponível em: [http://darcy.com/fragmented\\_future.pdf](http://darcy.com/fragmented_future.pdf) Acesso em 12 de out de 2020.

FACEBOOK. **What is Facebook's mission statement?** Facebook Investor Relations. 2019. Disponível em: <https://investor.fb.com/resources/default.aspx#:~:text=Founded%20in%202004%2C%20Facebook%27s%20mission,express%20what%20matters%20to%20them> Acesso em 25 de set de 2020.

FLEMING, L. *et al.* Government-funded research increasingly fuels innovation. **Science**, New York, vol. 364, n 6446, p. 1139-1141, 21 de jun de 2019. DOI: 10.1126/science.aaw2373. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/364/6446/1139> Acesso em 17 de set de 2020.

FLORIDI, L. **The Fourth Revolution: How the Infosphere Is Reshaping Human Reality**. New York: Oxford University Press, 2014.

FORSTENZER, J.; SAICH, T. (Ed.). **Something Has Cracked: Post-Truth Politics and Richard Rorty's Postmodernist Bourgeois Liberalism**. Cambridge: Ash Center for Democratic Governance, 2018.

FRIEDMAN, T. **The Lexus and the Olive Tree: Understanding Globalization**. New York: Farrar Straus and Giroux, 1999.

FUKUYAMA, F. **End of History and the Last Man**. New York: The Free Press, 1992.

GARTENBERG, C. What is Facebook? Just ask Mark Zuckerberg. **The Verge**, 8 de mar de 2019. Disponível em: <https://www.theverge.com/2019/3/8/18255269/facebook-mark-zuckerberg-definition-social-media-network-sharing-privacy> Acesso em 5 de nov de 2020.

GLEICK, J. **The Information: a history, a theory, a flood**. New York: Pantheon Books, 2011.

GROSSMAN, L. Inside Facebook's Ambitious Plan to Wire the World: Mark Zuckerberg's crusade to put every single human being online. **TIME**, New York, 4 de dez de 2014. Disponível em: <https://time.com/facebook-world-plan/> Acesso em 5 de nov de 2020.

HAAS, R. N. **13 International Relations Buzzwords That Need to Get Taken to the Woodshed**. Foreign Affairs, New York, 3 de fev de 2017. Disponível em:

<https://foreignpolicy.com/2017/02/03/13-international-relations-buzzwords-that-need-to-get-taken-to-the-woodshed/> Acesso em 16 de out de 2020.

HALLYDAY, J; WEAVER, M. Facebook's Mark Zuckerberg named Time magazine's person of the year. **The Guardian**, Londres, 15 de dez de 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2010/dec/15/mark-zuckerberg-time-person-of-the-year> Acesso em 2 de nov de 2020.

HARSIN, J. **Post-Truth and Critical Communication Studies**. Oxford Research Encyclopedia of Communication. New York: Oxford University Press, p.1 - 33, 20 de dez de 2018. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757> Acesso em 14 de ago de 2020.

HARSIN. Regimes of Posttruth, Postpolitics, and Attention Economies, *Communication, Culture and Critique*, vol.8, n. 2, p. 327–333, 1 de jun de 2015, Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cccr.12097> Acesso em 14 de ago de 2020.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HAYDEN, C. Technologies Of Influence: The materiality of soft power in public diplomacy (section overview). In: CHITTY, N. *et al.* (Ed.). **The Routledge Handbook of Soft Power**. London: Routledge, 2017, p.9 - 36.

HEMPEL, J. Inside Facebook's Ambitious Plan to Connect the Whole World. **The Wired**, San Francisco, 19 de jan de 2016. Disponível em: <https://www.wired.com/2016/01/facebook-zuckerberg-internet-org/> Acesso em 6 de nov de 2020.

HENWOOD, D. **After the New Economy**. New York: The New Press, 2003.

HERRERA, G. Cyberspace and Sovereignty: Thoughts on Physical Space and Digital Space In: CAVELTY, M. D; MAUER, V; HENSEL, S. F. K (Ed.). **Power and Security in the Information Age: investigating the role of the state in cyberspace**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007, p.67 - 96.

HOBBS, T. **Leviathan**. New York: Oxford University Press, 1998.

HOWARD, P. N. *et al.* Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring? **SSRN Electronic Journal**, p.1-30, 2011. DOI: 10.2139/ssrn.2595096. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2595096](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2595096) Acesso em 23 de ago de 2020.

IKENBERRY, G. John. Power and liberal order: America's postwar world order in transition. **International Relations of the Asia-Pacific**, New York, vol. 5, n 2, p.133–152, 01 de jan de 2005. DOI: 10.1093/irap/lci112. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/irap/lci112> Acesso em 15 de out de 2020.

IKENBERRY, G.J. America's liberal grand strategy: democracy and national security in the post-war era. In: COX, M.; \_\_\_\_\_; INOBUCHI, T. (Ed.). **American Democracy**

**Promotion:** Impulses, Strategies, and Impacts. New York: Oxford University Press, 2000, p.103-126

INTERNET.ORG. **Our Mission.** Menlo Park, Facebook, 2020. Disponível em: <https://info.internet.org/en/mission/> Acesso em 27 de out de 2020.

IONATAMIŠVILI, E. L. **Analysis Of Russia's Information Campaign Against Ukraine:** Examining non-military aspects of the crisis in Ukraine from a strategic communications perspectives. Riga: NATO StratCom Centre of Excellence, 2015. Disponível em: <https://www.stratcomcoe.org/analysis-russias-information-campaign-against-ukraine> Acesso em 16 de set de 2020.

IRONMAN. Here's Why The Dot Com Bubble Began And Why It Popped. **Business Insider**, 16 de dez de 2010. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/heres-why-the-dot-com-bubble-began-and-why-it-popped-2010-12> Acesso em 26 de out de 2020.

JANDRIĆ, P. Post-truth and Critical Pedagogy of Trust *In*: PETERS, M. A. *et al.* (Ed.). **Post-Truth, Fake News:** viral modernity and higher education. Singapore: Springer, 2018, p. 101-112.

JENKINS, Simon. Ignore Zuckerberg's self-serving rubbish. Facebook must be regulated. **The Guardian**, Londres, 31 de out de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/oct/31/mark-zuckerberg-facebook-regulate> Acesso em 5 de nov de 2020

KANT, I. **Paz perpétua:** um projeto filosófico. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2008.

KAVANAGH, J.; RICH, M. D. **Truth Decay:** an Initial Exploration of the Diminishing Role of Facts and Analysis in American Public Life. Santa Monica: RAND Corporation, 2018.

KEOHANE, R; NYE. J. S. 4<sup>a</sup> ed. **Power and Interdependence.** London: Longman, 2012.

KISSINGER, H. **Diplomacy.** New York: Simon and Schuster, 1995.

KOHLAS, J. Preface. *In*: SOMMARUGA, G. (Ed.). **Formal Theories of Information:** from Shannon to semantic Information Theory and general concepts of Information. Berlin: Springer, 2009, p. i-vi.

KORAB-KARPOWICZ, W. J.; ZALTA, E. N. (Ed.). **Political Realism in International Relations.** Stanford: The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 21 de jun de 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/realism-intl-relations> Acesso em 12 de out de 2020.

LEE, Newton. **The Facebook Nation:** Total Information Awareness. 2<sup>a</sup> ed. New York: Springer, 2014.

LEVIN, D. H. When the Great Power Gets a Vote: The Effects of Great Power Electoral Interventions on Election Results. **International Studies Quarterly**, New York, vol. 60, n 2, p.189–202, jun de 2016 DOI: [10.1093/isq/sqv016](https://doi.org/10.1093/isq/sqv016). Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isq/sqv016> Acesso em 14 de set de 2020.

MANYIKA, J.; MCRAVEN, W. H.; SEGAL, A. **Innovation and National Security: Keeping Our Edge**. Independent Task Force Report nº77. New York: Council on Foreign Relations, 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/keeping-our-edge/> Acesso em 17 de set de 2020.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Tradução: Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

**Mark Zuckerberg in conversation with Stanford President John Hennessy**. University of Stanford, 2014. 1 vídeo (2 min e 47 segundos). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=STV8X9ioMlg&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=STV8X9ioMlg&feature=emb_title) Acesso em 24 de set de 2020.

MATTERN, J. B. Why 'Soft Power' Isn't So Soft: Representational Force and the Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics. **Millennium**, London, vol. 33, n. 3, p. 583–612, jun de 2005, doi:10.1177/03058298050330031601. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298050330031601> Acesso em 14 de set de 2020.

MCCARTHY, D. R. **Power, Information Technology, and International Relations Theory: The Power and Politics of US Foreign Policy and Internet**. London: Palgrave MacMillan, 2015.

MCINTYRE, L. **Post Truth**. Cambridge: The MIT Press, 2018.

MCLEOD, C.; ZALTA, E. N. (Ed.). Trust. Stanford: The Stanford Encyclopedia of Philosophy. ago de 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/trust/> Acesso em 15 de set de 2020.

MEAD, W. R. **Power, Terror, Peace, and War: America's grand strategy in a world at risk**. New York: Vintage Books, 2005.

MICHELSSEN, N; TALLIS, B. Post-Truth-Telling in International Relations. **New Perspectives**, Prague, vol. 26, n. 3, p. 7-15. 2018. doi:10.1177/2336825X1802600301 Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2336825X1802600301> Acesso em 12 de ago de 2020.

MILL, J. S; LAUGHLIN, J. L. **Principles of Political Economy**. New York: D. Appleton and Company, 1885.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução: Oswaldo Biato. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MURUGESAN, S. Understanding Web 2.0. *IT Professional*, vol. 9, no. 04, pp. 34-41, 2007. DOI: 10.1109/MITP.2007.78. Disponível em: <https://www.computer.org/csdl/magazine/it/2007/04/f4034/13rRUyYSWoO> Acesso em 12 de out de 2020.

NEMR, C.; GANGWARE, W. **Weapons of Mass Distraction: Foreign State-Sponsored Disinformation in the Digital Age.** Washington DC: Park Advisors, 2019. Disponível em <https://www.park-advisors.com/disinfoport> Acesso em 10 de ago de 2020.

NEWMAN et al. **Reuters Institute Digital News Report 2017.** Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: [https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web\\_0.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf) Acesso em 10 de set de 2020.

NYE J. S. **Bound to Lead: the changing nature of American power.** New York: Basic Books, 1990.

\_\_\_\_\_, OWENS, W. A.. America's Information Edge. **Foreign Affairs**, New York, vol. 75, n 2, p. 20–36, 1996. Disponível em: [www.jstor.org/stable/20047486](http://www.jstor.org/stable/20047486). Acesso em 22 de out de 2020.

\_\_\_\_\_. **Soft Power: the Means to Success in World Politics.** New York: PublicAffairs, 2004.

\_\_\_\_\_. **The Future of Power.** New York: PublicAffairs, 2011.

\_\_\_\_\_. **The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone.** New York: Oxford University Press, 2002.

NYE, J. S. Soft power: the origins and political progress of a concept. **Palgrave Communications**, London, vol. 3, n. 17008, p.1-3, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1057/palcomms.2017.8> Acesso em 19 de out de 2020.

O'CONNOR, C.; WEATHERALL, J.O. **The Misinformation Age: How False Beliefs Spread.** New Haven: Yale University Press, 2019.

O'REILLY, T. **What Is Web 2.0? Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software.** O'REILLY Media, Sebastopol, 30 de set de 2005. Disponível em: <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html?page=1> Acesso em 23 de out de 2020

OBAMA, B. **The 2011 State of the Union Address.** Washington DC: The Obama White House, 2011, 1 vídeo (1h e 02 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9ZdEmjtF6HE> Acesso em 10 de set de 2020.

OURIVEIS, M. Soft power e indústria cultural: A política externa norte-americana presente no cotidiano do indivíduo. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, Santa Catarina, vol. II, n. 4, p.168 - 196, 2013.

OXFORD LANGUAGES. **Word of the Year 2016.** Oxford: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> Acesso em 20 de ago de 2020.

PHILLIPS, S. A brief history of Facebook. **The Guardian**, Londres 25 de jul de 2007. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2007/jul/25/media.newmedia> Acesso em 23 de out de 2020.

PICARD, M. H. K. **Perceiving the “conceptual deficit”**: effective policy for the Information Age. 2016. 65 p. Dissertação (Mestrado em Ciência e mídia digital interativa) - University of Dublin, 2016. Disponível em: <https://www.scss.tcd.ie/publications/theses/diss/dissertation-index.16.php> Acesso em 15 de ago de 2020.

RICHTER, F. **How Facebook grew from 0 to 2.3 billion users in 15 years**. World Economic Forum, Cologny, 5 de fev de 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2019/02/how-facebook-grew-from-0-to-2-3-billion-users-in-15-years> Acesso em 24 de set de 2020.

RIDER, S. On Knowing How to Tell the Truth. In: PETERS, M. A. *et al.* (Ed.). **Post-Truth, Fake News: viral modernity and higher education**. Singapore: Springer, 2018, p.27 - 42.

ROSENAU, J.; SINGH, J. P. **Information Technologies and Global Politics: The Changing Scope of Power and Governance**. New York: State University of New York Press, 2002.

SALANOVA, R. **Social media and political change: The case of the 2011 revolutions in Tunisia and Egypt**. Barcelona: Institut Català Internacional per la Pau, 2012.

SALEM, F.; MOURTADA, R. **Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter**. Dubai: Dubai School Of Government, vol. 1, n. 2, 2011. Disponível em: [https://journalistsresource.org/wp-content/uploads/2011/08/DSG\\_Arab\\_Social\\_Media\\_Report\\_No\\_2.pdf](https://journalistsresource.org/wp-content/uploads/2011/08/DSG_Arab_Social_Media_Report_No_2.pdf) Acesso em 23 de ago de 2020.

SHAO, J. Exploring China’s “Sharp Power”: Conceptual Deficiencies and Alternatives. **Transcommunication**, Tokyo, vol. 6, n 2, p. 129-148, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335960974\\_Exploring\\_China%27s\\_Sharp\\_Power\\_Conceptual\\_Deficiencies\\_and\\_Alternatives](https://www.researchgate.net/publication/335960974_Exploring_China%27s_Sharp_Power_Conceptual_Deficiencies_and_Alternatives) Acesso em 16 de set de 2020.

SINGER, P.W.; BROOKING, E. T. **LikeWar: the Weaponization of Social Media**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2018.

SONI, J; GOODMAN,R. **A Mind at Play: how Claude Shannon invented the Information Age**. New York: Simon and Schuster, 2017.

TEKDAL, M.; SAYGINER, Ş.; BAZ, F. Ç. Developments Of Web Technologies And Their Reflections To Education: A Comparative Study. **Journal Of Educational And Instructional Studies In The World**. vol. 8, n.1, p. 17-27, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323228550\\_DEVELOPMENTS\\_OF\\_WEB\\_TECHNOLOGIES\\_AND\\_THEIR\\_REFLECTIONS\\_TO\\_EDUCATION\\_A\\_COMPARATIVE\\_STUDY](https://www.researchgate.net/publication/323228550_DEVELOPMENTS_OF_WEB_TECHNOLOGIES_AND_THEIR_REFLECTIONS_TO_EDUCATION_A_COMPARATIVE_STUDY) Acesso em 16 de out de 2020.

TESICH, S. Government of Lies. **The Nation**, New York, vol. 254, n. 1, 6 de jan de 1992. Disponível em [arquivo online]: <https://www.thefreelibrary.com/A+government+of+lies.-a011665982> Acesso em 16 de out de 2020.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução: Mário da Gama Kury. 4ª ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2001.

U.S Senate Select Committee On Intelligence. **Report On Russian Active Measures Campaigns And Interference In The 2016 U.S. Election Volume 11: Russian Efforts Against Election Infrastructure.** Washington DC: U.S Senate Select Committee On Intelligence, 2019. Disponível em: <https://www.intelligence.senate.gov/publications/report-select-committee-intelligence-united-states-senate-russian-active-measures> Acesso em 15 de out de 2020

U.S Senate Select Committee On Intelligence. **Report On Russian Active Measures Campaigns And Interference In The 2016 U.S. Election Volume 2: Russia's Use Of Social Media.** Washington DC: U.S Senate Select Committee On Intelligence, 2019. Disponível em: <https://www.intelligence.senate.gov/publications/report-select-committee-intelligence-united-states-senate-russian-active-measures> Acesso em 13 de out de 2020

Us House Of Representatives Permanent Select Committee On Intelligence. **Social Media Advertisements,** 2019. Disponível em: <https://intelligence.house.gov/social-media-content/social-media-advertisements.htm> Acesso em 13 de out de 2020.

VAIDHYANATHAN, S. **Anti-social media: How Facebook disconnects us and undermines democracy.** New York: Oxford University Press, 2018.

VAIDHYANATHAN, S. Regulating Facebook will be one of the greatest challenges in human history. **The Guardian,** Londres, 28 de abr de 2019. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/apr/28/regulating-facebook-will-be-one-of-the-greatest-challenges-in-human-history> Acesso em 5 de nov de 2020

VOLTZ, D. Facebook's Zuckerberg estatua de frente Senate hearing but little hope for action. **Reuters,** Londres, 9 de abr de 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-facebook-privacy-congress/zuckerberg-faces-senate-hearing-but-little-hope-for-action-idUSKBN1HH08G> Acesso em 5 de nov de 2020.

WADELL, B. Fake News, the Longest War in US History, and a Tentative Path Forward. 2019. **The Globe Post,** Washington DC, 6 de nov de 2019. Disponível em: <https://theglobepost.com/2019/11/06/overcoming-fake-news/> Acesso em 8 de out de 2020.

WALKER, C.; KALATHIL, S.; LUDWIG, J. The Cutting Edge of Sharp Power. **Journal of Democracy,** Washington DC, vol. 31, n 1, p. 124-137, jan de 2020. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-cutting-edge-of-sharp-power/> Acesso em 16 de set de 2020.

WALKER, C.; LUDWIG, J. Introduction From 'Soft Power' to 'Sharp Power': Rising Authoritarian Influence in the Democratic World. *In:* CARDENAL, J. P. *et al.* (Ed.) **Sharp Power: Rising Authoritarian Influence.** Washington DC: National Endowment for Democracy, 2017, p.8-25.

WEAVER, W; SHANNON, C. E. **The Mathematical Theory of Communication.** Illinois: University of Illinois Press, 1963.

WEBER, M; ROTH, G.; WITTICH, C. (Ed.). **Economy and Society: an outline of interpretive sociology.** Berkeley: University of California Press, 1978.

WENDT, A. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Cambridge, vol. 46, n 2, p. 391-425, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2706858> Acesso em 15 de set de 2020.

WHITTY, M.; JOINSON, A. **Truth, lies and trust on the internet**. London: Routledge, 2009.

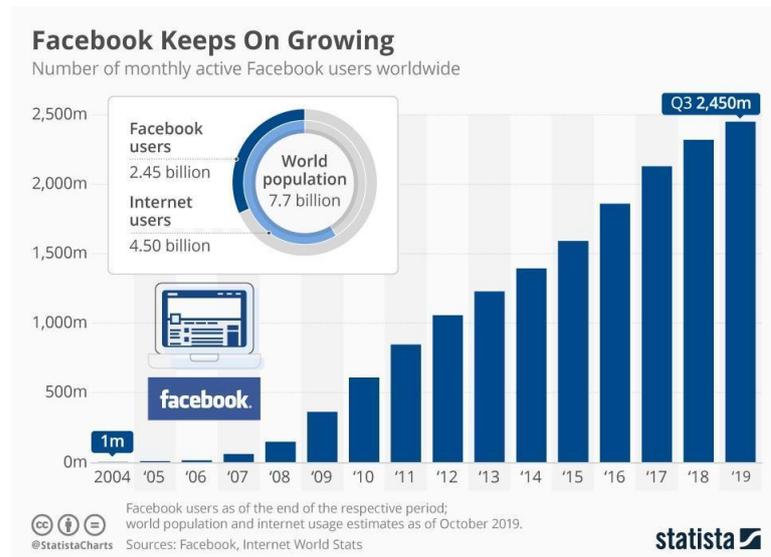
WINSTON, B. **Media Technology and Society, a history: from the telegraph to the Internet**. London: Routledge, 1998.

ZACHARY, P. G. **Endless frontier: Vannevar Bush, engineer of the American Century**. New York: Free Press, 1997.

ZAHRAN, G.; RAMOS, L. From hegemony to soft power: implications of a conceptual change. *In*: PARMAR, I.; COX, M. (Ed.). **Soft Power and US Foreign Policy: theoretical, historical and contemporary perspectives**. New York: Routledge, 2010, p. 12-31.

ZUCKERBERG, M. **A new economic report found that Facebook created more than 4.5 million jobs and more than \$225 billion of economic activity in 2014**. Menlo Park, 20 de jan de 2015. Facebook: Mark Zuckerberg. Disponível em: <https://www.facebook.com/zuck/posts/10101865957208591> Acesso em 23 de set de 2020.

## 7. ANEXOS



### ANEXO A - Crescimento do número de usuários no Facebook ao longo dos anos

Fonte: RICHTER, 2019, STATISTA. <https://www.statista.com/chart/10047/facebooks-monthly-active-users/>



### ANEXO B - AD ID 2740

Fonte: <https://intelligence.house.gov/social-media-content/social-media-advertisements.htm>

Suggested Page

 **Clinton FRAUDation**  
Sponsored

Everything you wanted to know about Clinton's dark side.



**Clinton Fraudation**  
Community  
517 people like this.

 Like Page

ANEXO C - AD ID 3175

Fonte: <https://intelligence.house.gov/social-media-content/social-media-advertisements.htm>

Suggested Page

 **Stop A.I.**  
Sponsored

This page is dedicated to protection against illegal immigrants! Like to join!



**Stop A.I.**  
Community  
193,813 people like this.

 Like Page

ANEXO D - AD ID 1325

Fonte: <https://intelligence.house.gov/social-media-content/social-media-advertisements.htm>